



COMUNIDADE EUROPEIA
Fundo Social Europeu

Educar para a Diversidade

Timor-Leste

East-Timor • Timor-Oriental



Telma Viegas

Bloco Multimedia



Timor-Leste

East-Timor • Timor Oriental

Telma Maria C. Viegas



C≡MRI

Com o patrocínio de:/Supported by:/Sous le patronage de:

- **Câmara Municipal de Lisboa**
Acção Social
Conselho Municipal das Comunidades Imigrantes e Minorias Étnicas; Projecto LIA
- **Departamento de Educação Básica do Ministério da Educação**
- **Direcção-Geral dos Assuntos Consulares e Comunidades Portuguesas do Ministério dos Negócios Estrangeiros; Fundo Social Europeu/Projecto "Saber Viver numa Europa Multicultural"**
- **Fundação Calouste Gulbenkian**
Departamento de Educação
- **Instituto de Cooperação Portuguesa do Ministério dos Negócios Estrangeiros**

FICHA TÉCNICA

Título: Timor-Leste

Autor: Telma Viegas

Orientação científica: Natália Ramos

Coordenação de Edição: Maria Beatriz Rocha-Trindade

Edição: Universidade Aberta

Palácio Ceia • Rua da Escola Politécnica, 147

1250 Lisboa

Concepção gráfica: Deltagraphos, Design e Publicidade, Lda.

Ilustração da capa: Teresa Vergani

Fotolito: ABC Gráfica, Lda.

Impressão e acabamento: Litografia Amorim

Tiragem: 1000 Exemplares

© **Copyright:** Universidade Aberta, 1997

ISBN: 972-674-233-1

Depósito Legal: 119 657/98

Lisboa 1997

Imagem da capa: pintura de TERESA VERGANI

Inspira-se nos desenhos tradicionais — feitos sobre madeira ou casca de árvore — característicos das ilhas desta região do mundo.

Os motivos respeitavam frequentemente os veios e os nós da madeira, seguindo a ondulação das suas linhas.

A brusca assimetria dos cortes na superfície desenhada corresponde à união das pranchas que serviam de suporte à pintura.

Este tipo de arte era usado na decoração de espaços sociais particularmente significativos. Tinha não só uma função estética mas também uma dimensão pedagógica, na medida em que era o suporte gráfico da “memória” de dados históricos, religiosos ou socioculturais.

Cover design: painting by TERESA VERGANI

It is inspired by traditional designs — done on wood or tree bark — characteristic of the islands in this part of the world.

The motifs often conform to the grain and the knots of the wood, emulating the motion of their lines. The rough cuts on the drawn surface correspond to the juncture of the boards that are used to support the painting.

This type of art was used in the decoration of especially important social areas. Not only did it have an aesthetic function, but also an instructional component in the sense that it was the graphic support for the “memory” of historical, religious or socio-cultural information.

Couverture: peinture de TERESA VERGANI

Cette peinture s'inspire des dessins traditionnels — faits sur le bois ou l'écorce des arbres — caractéristiques des îles de cette région du monde.

Les motifs épousaient souvent les veines et les noeuds du bois, en suivant l'ondulation de leurs lignes.

La brusque asymétrie des coupures sur la surface dessinée correspond à l'union des planches qui servaient de support à la peinture.

Ce type d'art était utilisé dans la décoration des espaces sociaux particulièrement significatifs. Il avait non seulement une fonction esthétique mais aussi une dimension pédagogique, dans la mesure où c'était le support graphique de la "mémoire" historique, religieuse ou socioculturelle.

NOTA PRÉVIA

A presente obra e a documentação que a acompanha integram-se no Projecto "Educar para a Diversidade", desenvolvido no Centro de Estudos das Migrações e das Relações Interculturais / CEMRI, unidade de investigação constituída no âmbito do Instituto de Estudos Pós-Graduados da Universidade Aberta, dirigida por Maria Beatriz Rocha-Trindade.

Apresentada sob a forma de blocos multimedia, em língua portuguesa, inglesa e francesa, esta iniciativa conta com a participação de investigadores e colaboradores do CEMRI, provenientes de diferentes disciplinas na área das Ciências Sociais e Humanas.

"Educar para a Diversidade" tem como objectivo a concepção e produção de materiais scripto, audio e vídeo, destinados à formação e informação, no espaço europeu, de agentes sociais, educativos e de saúde, assim como do público em geral, sobre a problemática da diversidade e da interculturalidade no âmbito da educação intercultural.

Vivemos numa sociedade em que conhecer, compreender e adoptar atitudes e comportamentos adaptados à diversidade de culturas e de grupos constitui uma riqueza e uma necessidade para todos, nacionais ou estrangeiros, profissionais ou não profissionais, jovens ou adultos.

A concretização destes objectivos passa pela implementação de políticas e estratégias interculturais adequadas, nomeadamente através de uma política de educação que contemple uma acção educativa de todos para as realidades colocadas pelo multiculturalismo.

Promover o conhecimento e a compreensão da história e da cultura das várias comunidades em presença, das diferentes formas de pensar, de agir e de viver, assim como contribuir para o desenvolvimento de atitudes e procedimentos adaptados ao contexto de diversidade cultural e étnica, são objectivos do projecto "Educar para a Diversidade", do qual a signatária assumiu a direcção e coordenação científica.

Natália Ramos

INTRODUCTORY NOTE

This current work and the documentation that accompanies it make up part of the "Educating for Diversity" Project. It was developed in the Centre for Studies of Migration and Intercultural Relationships (CEMRI - Centro de Estudos das Migrações e das Relações Interculturais), a research unit organised within the framework of the Institute for Post-Graduate Studies of the Universidade Aberta (Open University), directed by Maria Beatriz Rocha-Trindade.

Produced in the form of multimedia components in Portuguese, English and French, this project includes researchers and collaborators from CEMRI who represent different disciplines in the area of Social and Human Sciences.

The objective of "Educating for Diversity" is the conception and production of written, audio and video material intended to provide education and information about diversity and intercultural problems within the scope of intercultural education for social, education and health workers, as well as the general public.

We are living in a society where perceiving, understanding and adopting attitudes and behaviour appropriate to the diversity of cultures and groups is worthwhile and imperative for everyone, citizens or foreigners, professionals or non-professionals, youth and adults.

The attainment of these objectives includes implementation of appropriate intercultural policies and strategies, specifically through a policy of education that contemplates an educational activity for all toward the realities established by multiculturalism.

The objectives of the "Educating for Diversity" Project, for which the undersigned is responsible for the administration and scientific co-ordination, are to promote the knowledge and understanding of the history and culture of different communities and of the different ways of thinking, acting and living, as well as to contribute in this manner to the development of attitudes and behaviour appropriate to the context of cultural and ethnic diversity.

Natália Ramos

AVANT-PROPOS

Cet ouvrage et les documents qui l'accompagnent s'intègrent dans le Projet "Éduquer à la Diversité", développé au Centre d'Études des Migrations et des Relations Interculturelles / CEMRI, unité de recherche constituée au sein de l'"Instituto de Estudos Pós-Graduados" de l'Universidade Aberta, dirigée par Maria Beatriz Rocha-Trindade.

Présentée sous forme de blocs multimédia, en langues portugaise, anglaise et française, cette initiative a reçu la participation de chercheurs et de collaborateurs du CEMRI, issus de différentes disciplines dans le domaine des Sciences Sociales et Humaines.

"Éduquer à la Diversité" a pour objectif la conception et la production d'outils écrits, audio et vidéo, destinés à la formation et à l'information, dans l'espace européen, d'agents sociaux, éducatifs et de la santé, ainsi que du public en général, sur la problématique de la diversité et de l'interculturalité dans le cadre de l'éducation interculturelle.

Nous vivons dans une société où connaître, comprendre et adopter des attitudes et des comportements adaptés à la diversité des cultures et des groupes constitue une richesse et une nécessité pour tous, nationaux ou étrangers, professionnels ou non professionnels, jeunes ou adultes.

La concrétisation de ces objectifs passe par la mise en oeuvre de politiques et de stratégies interculturelles adéquates, notamment par une politique d'éducation qui prévoit une action éducative de tous aux réalités soulevées par le multiculturalisme.

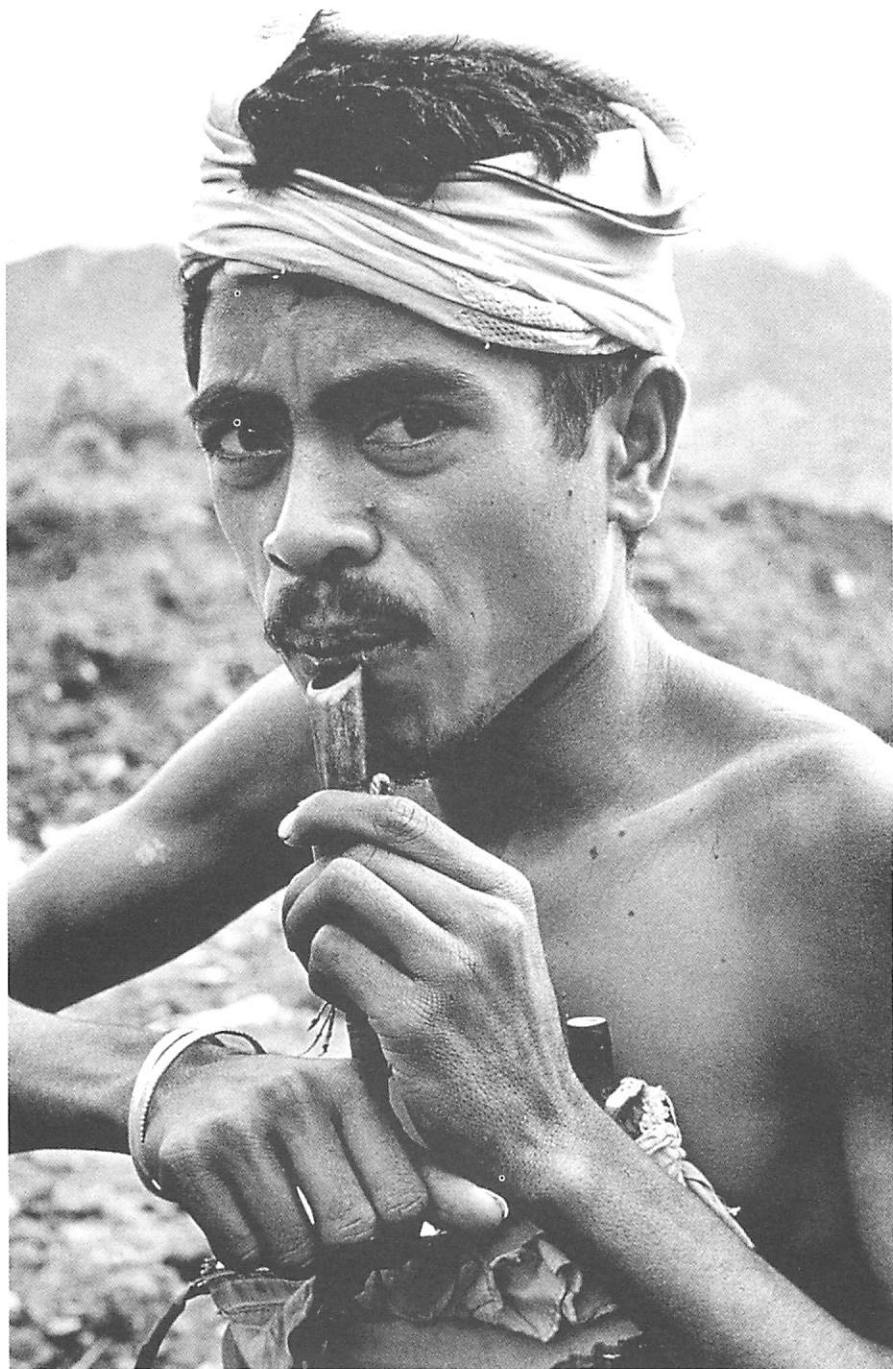
Promouvoir la connaissance et la compréhension de l'histoire et de la culture des différentes communautés en présence, des différentes formes de penser, d'agir et de vivre, ainsi que contribuer au développement d'attitudes et de comportements adaptés au contexte de diversité culturelle et ethnique, tels sont les objectifs du projet "Éduquer à la Diversité" dont la signataire a assumé la direction et la coordination scientifique.

Natália Ramos

ÍNDICE

	Página
1. TIMOR-LESTE: TERRITÓRIO, POVO E CULTURA	15
1.1. Situação Geográfica	15
1.2. Recursos Naturais e Principais Actividades Económicas	16
1.3. O Passado Histórico	17
1.4. Organização Político-Administrativa do Território	18
1.5. Características Sociodemográficas	18
1.6. Aspectos Socioculturais	20
2. SITUAÇÃO POLÍTICO-SOCIAL	23
2.1. A Descolonização e a Formação dos Partidos Políticos Timorenses	23
2.2. A Guerra Civil e a Invasão Indonésia	23
2.3. Timor-Leste e os Timorenses na Esfera Jurídica Portuguesa	24
3. OS TIMORENSES EM PORTUGAL	27
3.1. Migrações entre Timor-Leste e a Metrópole antes de 1974	27
3.2. As Primeiras Vagas de Deslocados Após 1974	27
3.3. Dinâmica e Características dos Fluxos Migratórios a partir de Timor com Destino a Portugal	28
3.4. Caracterização Geral da População Timorense Residente em Portugal	30
3.4.1. Alguns Factores Determinantes no Processo de Inserção Social	32
3.5. Actividades Associativas e Culturais	34
BIBLIOGRAFIA	91
INFORMAÇÕES ÚTEIS	92

Timor-Leste



LUTA

Pássaro sem espaço

Rio sem leito

Árvore sem floresta

Mas dou sinais de mim!

Fernando Sylvan
Enterrem Meu Coração no Ramelau, 1982

1. TIMOR-LESTE: TERRITÓRIO, POVO E CULTURA

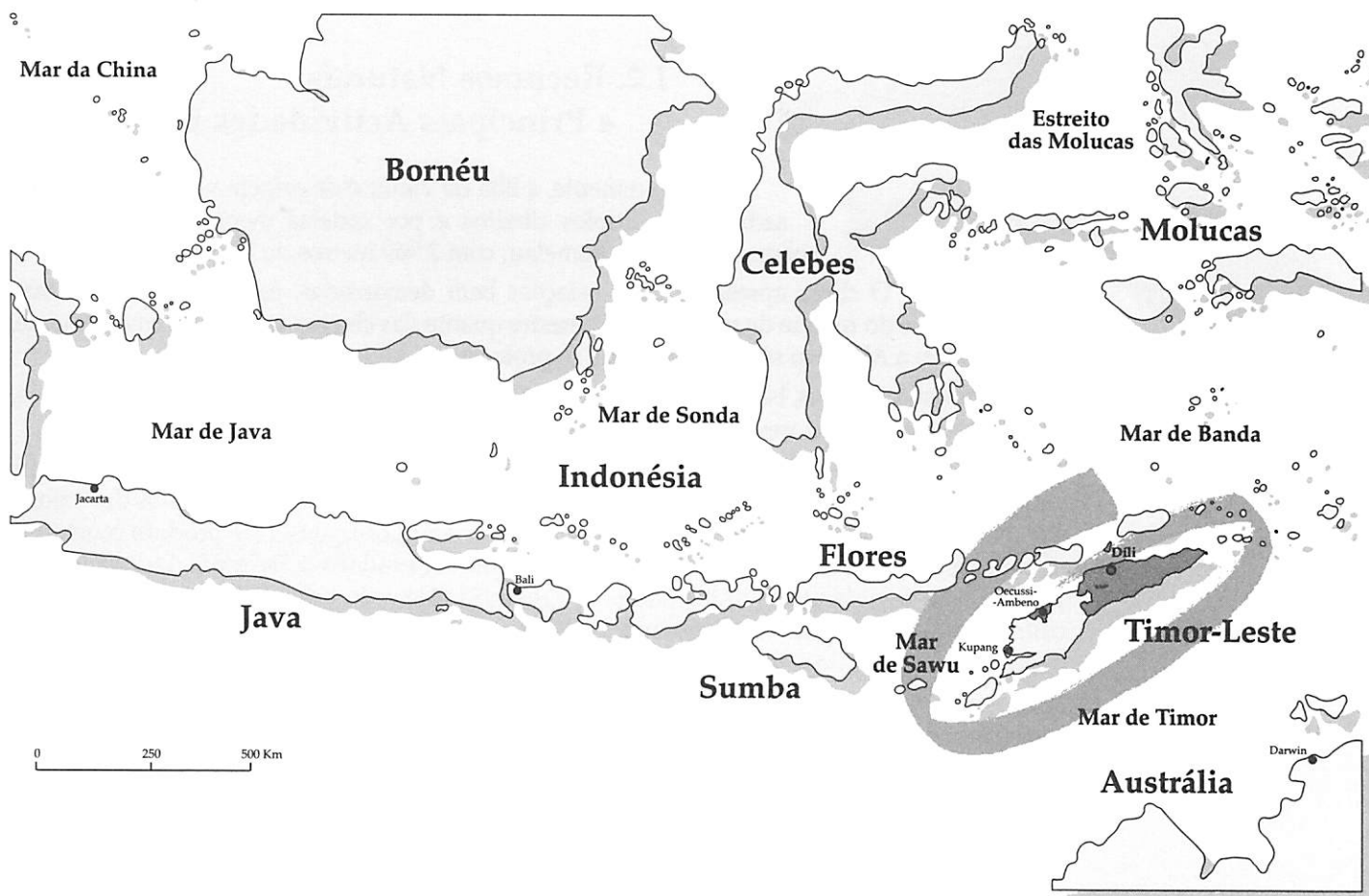
1.1. Situação Geográfica

A palavra Timor tem a sua origem na língua malaia e significa Nascente ou Oriente.

A ilha de Timor situa-se no extremo oriental do arquipélago de Nusantara (Indonésia), a cerca de nove graus de latitude Sul e tem a forma de uma elipse. A sua superfície total é de, aproximadamente, 30 000 km² (vd. Mapa n.º 1).

Em termos administrativos, a metade ocidental do território, com excepção do enclave de Oecussi, faz parte integrante da República da Indonésia. O espaço geográfico que, juridicamente, ainda permanece sob administração portuguesa compreende cerca de 18 889 Km² e cor-

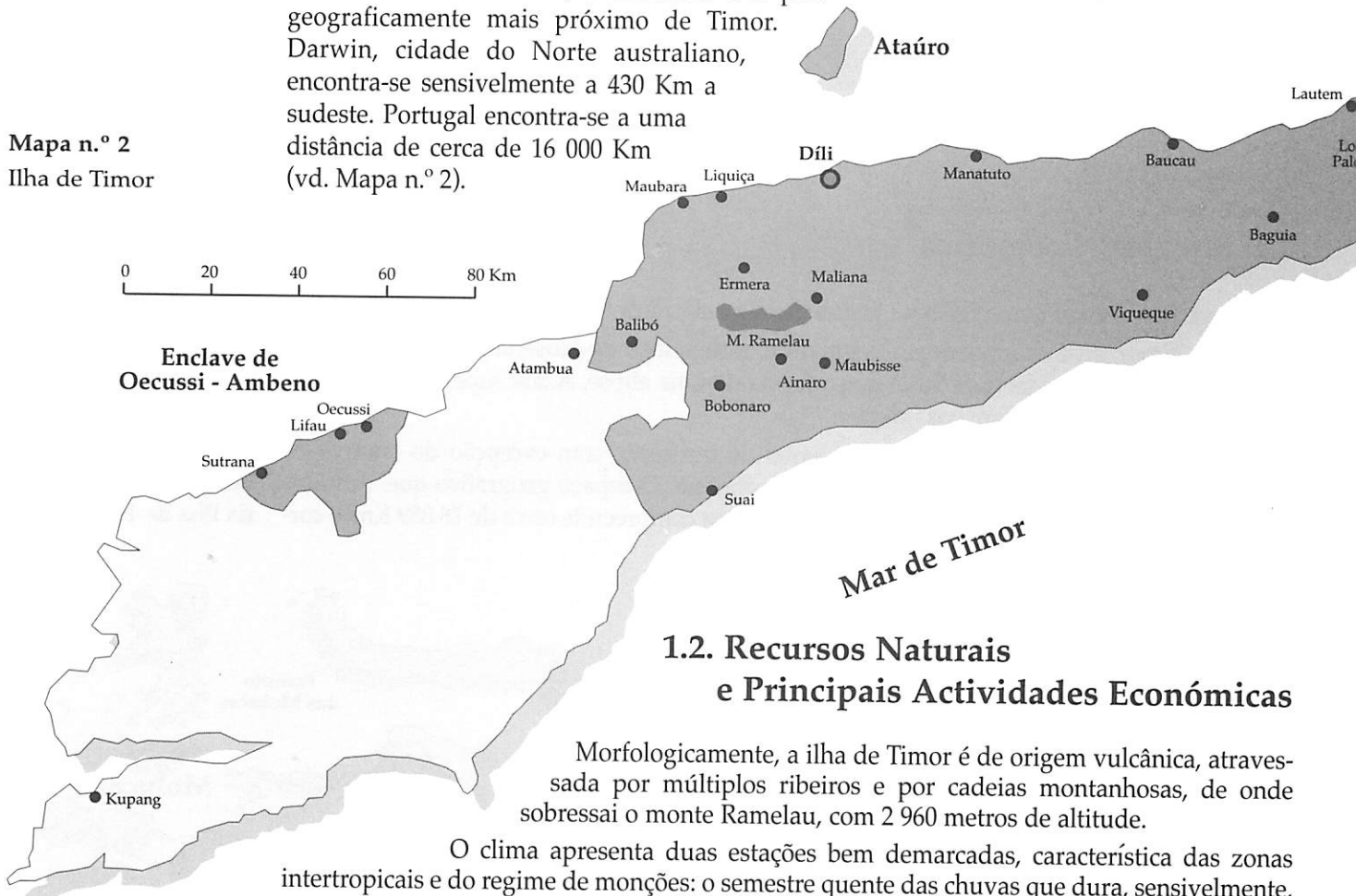
Mapa n.º 1
Posição Geográfica da Ilha de Timor



responde à zona oriental da ilha, incluindo o enclave de Oecussi, a noroeste, com 850 km²; a ilha de Ataúro, em frente à costa setentrional, com 144 km²; e a pequena ilha desabitada de Jaco, no extremo oriental, com 5 Km².

Para além da Indonésia, a Austrália é o país geograficamente mais próximo de Timor. Darwin, cidade do Norte australiano, encontra-se sensivelmente a 430 Km a sudeste. Portugal encontra-se a uma distância de cerca de 16 000 Km (vd. Mapa n.º 2).

Mapa n.º 2
Ilha de Timor



- Território sob Administração Portuguesa
- Território Indonésio
- Capital de Timor-Leste
- Localidade

1.2. Recursos Naturais e Principais Actividades Económicas

Morfologicamente, a ilha de Timor é de origem vulcânica, atravessada por múltiplos rios e por cadeias montanhosas, de onde sobressai o monte Ramelau, com 2 960 metros de altitude.

O clima apresenta duas estações bem demarcadas, característica das zonas intertropicais e do regime de monções: o semestre quente das chuvas que dura, sensivelmente, de Dezembro a Abril e o semestre frio que se prolonga de Maio a Novembro.

As características físicas, bem como o isolamento geográfico do território sempre constituíram, de um modo geral, factores desfavoráveis ao seu desenvolvimento económico.

Ao longo do período colonial, o café correspondia a cerca de 80% das exportações, sendo a sua quase totalidade produzida por portugueses naturais do Continente, proprietários da maioria das plantações, e por uma empresa pertencente ao Estado português. Este produto constituía, na prática, a única fonte de divisas em torno da qual foi fundada a *Sociedade Agrícola Pátria e Trabalho*, empresa de maior implantação na Província. Além do café, da copra e da borracha, cultivavam-se ainda para consumo interno milho, arroz, feijão, batata-doce, mandioca e amendoim, géneros que, de uma maneira geral, satisfaziam as necessidades locais.

Muito embora o subsolo seja rico em grandes jazigos de cobre, ouro, manganês e petróleo, a base da economia sempre foi a agricultura, seguida da actividade pecuária.

Até meados dos anos 70, a indústria era bastante rudimentar, deixando as populações dependentes dos produtos importados. Refira-se, contudo, a manufactura de tabaco; o fabrico de sabão e de óleo de coco; a serração de madeira; a destilação de álcool; e o fabrico de telhas e de tijolos (Azevedo, 1992).

A prospecção mineira limitava-se à exploração de petróleo, existindo em Timor-Leste cerca de quatro companhias petrolíferas, todas com sede na Austrália.

O comércio desenvolvia-se, sobretudo, com os países vizinhos e não com Portugal, dada a distância geográfica entre os dois territórios. A actividade comercial encontrava-se nas mãos da comunidade chinesa, partindo dela também a negociação com o exterior.

O acidentado relevo da ilha, conjugado com o regime torrencial das ribeiras e com as periódicas inundações das planícies, sempre constituiu um entrave à construção e à manutenção de uma rede de estradas de utilização permanente que permitisse a livre circulação. Tal facto, além de contribuir para o isolamento das populações, é revelador do nível de subdesenvolvimento em que se vivia.

No sector dos transportes marítimos e até 1974, existia apenas o porto de Díli, construído após 1964, único ponto do território que recebia navegação de alto bordo.

Em Baucau, segundo centro urbano economicamente mais desenvolvido, o aeroporto internacional assegurava ligações bissemanais com Darwin, na Austrália, e com Bali e Kupang, na Indonésia. Para além do aeroporto, existiam aeródromos em Díli, Maliana, Suái e Viqueque, servidos por carreiras aéreas regulares.

1.3. O Passado Histórico

À data em que os navegadores portugueses aportaram na pequena ilha de Timor, ou seja, entre 1512 e 1520, já alguns mercadores asiáticos de origem chinesa, javanesa, malaia e macaçar aí faziam escala em busca da preciosa madeira de sândalo.

Em meados do século XVI, iniciou-se a ocupação portuguesa, marcada pela chegada de missionários dominicanos e comerciantes.

No século XVIII, os holandeses dominavam todo o reino do Servião (parte ocidental da ilha de Timor), à excepção do enclave de Oecussi, que escolhera o protectorado da Coroa portuguesa. Com o objectivo de anexar o vizinho reino dos Belos (correspondente ao actual Timor-Leste), conseguiram fomentar uma permanente tensão entre as populações de ambos os reinos, pondo em causa a autoridade portuguesa na metade da ilha.

Em 1702, Portugal assumiu a administração oficial da sua parte do território de Timor, tendo nomeado um Governador sob a jurisdição do Vice-Rei da Índia. A primeira Capital foi estabelecida em Lifau, Oecussi.

Em 1769, receando um ataque holandês, o então Governador Teles de Mascarenhas transferiu a capital de Lifau para Díli, situada na província dos Belos.

Já no século XIX (1859), os portugueses assinaram um contrato com a Holanda comprometendo-se a abandonar as suas pretensões sobre as ilhas de Solor e Flores, em troca do enclave de Maubara e duzentos mil florins. Na mesma altura, foi fixada a separação entre Timor Ocidental e Timor Oriental. As fronteiras foram novamente revistas pelo Tratado Luso-Holandês de 1904, tendo sido legalizada a respectiva rectificação por sentença arbitral suíça em Junho de 1914, consagrando-se, deste modo, a divisão do território timorense (Moreira, 1977).

Depois da revolta de 1910 contra o Governo português, chefiada por um dos *Liurais*, autoridade máxima da organização social timorense, o período decorrido até à Segunda Guerra Mundial foi de relativa paz. Embora o poder dos portugueses tivesse sido retomado e se

elevasse o número de administradores, em 1928 residiam no território apenas 200 civis e 300 militares de origem metropolitana. A maioria era constituída por deportados políticos do regime salazarista, encarregados de grande parte da gestão administrativa da Colónia.

Durante a Segunda Guerra, mais concretamente entre 1942 e 1945, Timor foi mais uma vez palco de uma luta sangrenta, desta vez entre os japoneses e as forças aliadas australianas e holandesas, causando milhares de mortes. Entre elas refira-se a do Régulo D. Aleixo Corte-Real, heróico defensor do povo timorense e sua figura carismática.

Em 1949, a metade da ilha de Timor pertencente à Holanda passa a fazer parte da recentemente formada República da Indonésia.

1.4. Organização Político-Administrativa do Território

Na época em que os portugueses chegaram a Timor, a ilha encontrava-se dividida em vários reinos ou regulados, mais ou menos independentes entre si.

A sua organização política era, contudo, bastante idêntica. Cada um desses reinos ou regulados estava repartido em *Sucus*, designação correspondente à divisão administrativa distrital, estando estes, por sua vez, separados em pequenas povoações denominadas por *Leo* ou *Knua*.

Cada regulado era governado por um *Liurai*, que detinha o poder de vida e de morte e a quem os portugueses chamavam Primeiro Rei ou Régulo. Na dependência directa dos *Liurais* encontravam-se os *Datos* ou *Chefes de Suco*, que ocupavam uma posição intermédia entre estes e os *Catuas*, chefes de povoação e agentes directos da autoridade junto do povo.

Os *Catuas* eram tidos como senhores de grande sabedoria e detinham um importante lugar na hierarquia social timorense, sendo denominados por *Mestres da Palavra* ou *Lia Na 'In*.

Com a fixação dos portugueses em Timor, o poder dos *Liurais* foi diminuindo. Deixaram de exercer a autoridade absoluta, que passou a residir, exclusivamente, no Governo e nos militares portugueses, embora fosse concedida «(...) grande liberdade e mesmo força e apoio aos chefes tradicionais (...) desde que as suas directivas fossem cumpridas (...)» (Pires, 1991, p.23).

Em termos jurídicos, o Estatuto Político e Administrativo da Província de Timor foi regulamentado em 1963. Em 1972, o diploma que o regia foi sujeito a algumas alterações, tendo entrado em vigor em 1 de Janeiro de 1973 um novo Estatuto Político-Administrativo para Timor.

1.5. Características Sociodemográficas

De acordo com o Recenseamento Geral da População, em 1970 Timor-Leste comportava um total de 609 477 habitantes (Moreira, 1977). O concelho com maior densidade populacional era Baucau, com 83 810 habitantes, seguido de Bobonaro (72 641 habitantes), Ermera (66 150 habitantes) e Díli (65 451 habitantes) (Azevedo, 1992).

A avaliação feita em 1975 aponta para um quantitativo populacional de 650 000 / 670 000 habitantes (Moreira, 1977).

Até à data da invasão do território pelas tropas indonésias, 7 de Dezembro de 1975, a maioria da população residente era natural de Timor e de ascendência autóctone. À excepção destes, existiam alguns milhares de pessoas de ascendência chinesa (aproximadamente 12 000, dos quais 3 000 mantinham a nacionalidade de origem), europeia (cerca de 5 000 portugueses brancos) e mista (Pires, 1991).

De acordo com a tradição, a organização familiar em Timor segue o modelo patriarcal, de descendência patrilinear.

A celebração dos casamentos costuma obedecer a um contrato rescindível por ambas as partes, existindo a prática da poligamia. O *barlaque*, tal como é denominado o casamento, traduz-se numa prática que corresponde à troca de oferendas entre as famílias dos noivos e inclui não só várias cabeças de gado, como também objectos em ouro e panos tradicionais ou *tais*.

No labor diário, a divisão sexual do trabalho entre os vários elementos da família encontra-se nitidamente demarcada, sendo distintos os papéis e as funções atribuídos a cada um deles.

Os trabalhos rurais que exigem maior esforço físico estão reservados aos homens, bem como o abate de árvores de maior porte, a caça e a construção da casa. Na horta trabalham ambos os membros do casal, se bem que à mulher estejam reservados a monda do milho e a sementeira, o auxílio na transplantação das plantas e as colheitas na várzea.

À mulher é conferido um papel muito activo no seio das sociedades tradicionais timorenses. Além dos específicos trabalhos agrícolas que lhe estão destinados, a sua presença no lar, nos rituais e, até mesmo, em certos momentos da construção da habitação, é considerada indispensável. Nas lides domésticas é, em geral, auxiliada pelas filhas, especialmente quando estas atingem os dez ou onze anos de idade. A adopção de raparigas e rapazes, escolhidos entre sobrinhos e outros parentes próximos, constitui prática aceite e corrente.

No que respeita à educação formal, a implementação e o incremento do ensino em Timor por parte do Governo português iniciou-se tardiamente.

Os conteúdos dos programas escolares obedeciam a moldes e orientações idênticos aos pré-estabelecidos uniformemente para a Metrópole e outros territórios sob administração portuguesa.

Em 1950, cerca de 90% da população era analfabeta (Moreira, 1977).

Antes da década de 60, a escolarização abrangia, quase em exclusivo, os jovens do sexo masculino, em particular aqueles que viviam nos principais centros urbanos ou em zonas onde estavam implantadas as escolas das missões católicas.

O prosseguimento dos estudos para além do ensino primário fazia-se através do ingresso nos seminários católicos, podendo os estudantes optar pela carreira eclesiástica.

Em 1961 foi assinado um diploma legal que possibilitava a matrícula a um número mais abrangente de jovens, dispersos pelas aldeias do interior do território timorense. Nessa altura foram criados diversos postos escolares a cargo das denominadas Comissões Municipais.

Em 1964, começaram a funcionar os primeiros cursos de instrução primária para adultos. Estes cursos tiveram início em Díli, sendo posteriormente alargados a todas as sedes de concelho ou circunscrição.

Em Outubro de 1966, foi instituído o ensino técnico-profissional.

A continuação dos estudos nos graus médio e superior era assegurada aos estudantes mediante a concessão de bolsas de estudo na Metrópole ou em outra província ultramarina, fornecidas pelo então Ministério do Ultramar, pela Fundação Calouste Gulbenkian e pela Câmara Municipal de Díli.

Apesar do esforço de alfabetização iniciado a partir dos finais da década de 60, em 1974 a grande maioria da população timorense era analfabeta e desconhecia a língua portuguesa.

Nos finais de 1974, havia menos de dez naturais de Timor com diplomas universitários (Moreira, 1977).

1.6. Aspectos Socioculturais

Ao longo de séculos e até à data da ocupação indonésia, a população de Timor-Leste encontrava-se dividida em várias etnias ou grupos etnolinguísticos, possuindo a sua maioria dialectos e formas de cultura particulares. Mesmo entre determinados grupos étnicos fixados em regiões circunvizinhas era forte o isolamento, sendo mutuamente desconhecidas certas práticas culturais, bem como a linguagem por cada um deles utilizada.

Todavia, em resultado dos fenómenos de aculturação e de miscigenação, alguns destes grupos possuíam elementos culturais comuns (Guterres, 1994).

Os timorenses falam, pelo menos, duas línguas, aprendidas e praticadas em contextos diferenciados. A primeira, a língua materna, é aquela que pertence ao grupo étnico no seio do qual passaram a maior parte da infância e da adolescência; a segunda é, geralmente, aprendida mais tarde, quando os contactos interpessoais extravasam as relações primárias mantidas com o grupo de origem (Lameiras-Campagnolo; Campagnolo, 1991).

O tétum, para além de ser a língua materna de vários grupos timorenses, é também considerada uma língua franca. Muitos aprendem-na já na adolescência ou em idade adulta, sendo utilizada em comum por várias etnias. Através dela, foi promovido o ensino da leitura e da escrita pelos missionários e, após a implantação da República, pela administração portuguesa.

Como excepções ao seu uso quase generalizado, há o português, adoptado nos meios urbanos onde era mais significativa a presença de portugueses e conhecido por alguns chefes locais, e surgiu o crioulo de Bidau (ou português de Bidau, arredores de Díli).

Até à chegada dos portugueses, a maioria dos naturais de Timor era animista, ou seja, acreditava na vida para além da morte, em que as almas continuariam a viver em lugares terrenos ou nas montanhas sagradas, encarnando em animais e objectos maléficos. As suas maldições eram afastadas no decurso de cerimónias propiciatórias (sacrifícios). Era, contudo, reconhecida a existência de uma divindade suprema, denominada *Maromak*, que significa Deus em tétum.

As cerimónias rituais dirigiam-se, em particular, aos antepassados e aos *Lulik*, objectos naturais ou artificiais considerados portadores de poderes sobrenaturais e que, geralmente, eram conservados em locais sagrados, os *Uma Lulik*.

Em Timor-Leste não havia templos nem ídolos. Existiam apenas representações simbólicas dos espíritos dos antepassados. O culto consistia em sacrifícios designados por *Estilos* e *Grandes Estilos*, assim chamados de acordo com a importância da cerimónia, que culminavam, muitas das vezes, com um banquete em que era consumida a carne da vítima (nos *Grandes Estilos* eram búfalos ou porcos).

Na segunda metade do século XVI, com a introdução do Cristianismo, algumas das práticas tradicionais de culto foram suprimidas ou tornadas simbólicas.

Presentemente, a maioria dos timorenses pratica a religião católica, apesar da crescente influência do islamismo, fruto da presença indonésia no território.

A cultura timorense é, também, rica em lendas. Os temas lendários relacionam-se com factos históricos ou com acontecimentos marcantes da vida quotidiana das populações, tais como os contratos matrimoniais, a constituição da família, as origens de uma povoação e os pactos realizados entre os vários grupos étnicos.

As expressões culturais e as produções artísticas timorenses são múltiplas e variadas. A cultura timorense não se enquadra num modelo único e homogéneo. A particularidade dos vários gru-

pos étnicos fixados em diversas regiões do território originou a criação de patrimónios culturais distintos.

Os povos de Timor são herdeiros da cultura austronésia, a que veio juntar-se um conjunto de elementos de origem chinesa, javanesa e malaia, existindo uma forte influência de características culturais de origem portuguesa. Estas são mais notórias no que respeita à língua, à religião e à arte.

Quanto às formas de produção artística timorense refira-se, em primeiro lugar, a literatura.

Muito embora a literatura tradicional seja essencialmente oral, há que destacar o trabalho de recolha desenvolvido pelos missionários, antropólogos e outros investigadores, do qual resultaram várias publicações em colectâneas, avulsos e periódicos.

A produção escrita local em língua portuguesa é praticamente inexistente, sendo contudo de inspiração timorense algumas obras literárias com destaque para as de Ruy Cinatti e de Alberto Osório de Castro.

Na música e na dança é nítida a diferença entre as produções populares, de raiz local e mais tradicional e as que estão associadas às classes sociais mais elevadas, de onde sobressaem elementos de origem malaia, javanesa e portuguesa.

As danças tradicionais timorenses são, geralmente, cantadas em coro alternado de homens e de mulheres, a que se dá o nome de *Tebe*. Outras formas de dança são o *Tebedai*, que consiste em movimentos de grupo ritmados por tambores e o *Loro Sa'e*, dança guerreira que celebra uma vitória.

A música e a dança ocupam um importante lugar nas práticas sociais do quotidiano timorense, acompanhando desde as celebrações festivas de carácter lúdico, às cerimónias rituais, nupciais e fúnebres, ou às actividades laborais.

É de referir, ainda, a tradicional *luta de galos*, passatempo muito apreciado e difundido pelos timorenses, que consiste na disputa entre dois animais e em que se apostam avultadas somas em dinheiro no possível vencedor (Oliveira, 1971).

Na ourivesaria predominam os trabalhos feitos em prata, com destaque para as filigranas. São fabricados adornos e trabalhadas moedas em ouro, cobre e, em especial, prata.

A tecelagem timorense consiste, predominantemente, no fabrico de *tais*, tecidos em rudimentares teares de bambu. Estes panos são utilizados, de um modo geral, como peças de vestuário feminino e masculino.

A arquitectura é rica e diversificada. Apesar de existirem casas de diferentes formas, consoante a região onde são construídas, são características as de tipo quadrangular assentes em pilares de madeira. No telhado são colocados diferentes adornos, feitos de materiais mais ou menos valiosos de acordo com a condição social do seu proprietário.

2. SITUAÇÃO POLÍTICO-SOCIAL

2.1. A Descolonização e a Formação dos Partidos Políticos Timorenses

Em 25 de Abril de 1974, após o derrube do regime de Marcelo Caetano, surgiram em Timor vários partidos políticos, defendendo diferentes alternativas para o futuro do território. Os mais representativos foram a União Democrática Timorense (U.D.T.), que pretendia a continuação da presença portuguesa, a par de uma crescente participação dos naturais de Timor nos vários sectores da administração pública; a Frente Revolucionária de Timor-Leste Independente (FRETILIN), que defendia a independência completa de Timor, depois de um breve período de transição; e a Associação Popular Democrática de Timor (APODETI), que apelava à integração na Indonésia (Moreira, 1977).

Ainda em 1974, formaram-se outras frentes partidárias, embora com um reduzido peso na vida política de Timor. Foram elas a Associação Popular Monárquica Timorense (K.O.T.A.), partido de cariz tradicional que apelava à manutenção do poder dos Régulos ou *Liurais* como chefes dirigentes do território e o Partido Trabalhista (P.T.).

2.2. A Guerra Civil e a Invasão Indonésia

Em 11 de Agosto de 1975, a U.D.T. ocupou importantes instalações nas cidades de Díli e Baucau, exigindo às autoridades portuguesas a independência imediata e a detenção dos líderes da FRETILIN. Rejeitando tal *ultimatum*, o Governo português convocou os dois partidos para conversações. Dois dias depois, teriam lugar na capital timorense vários confrontos entre as duas facções, dando início a uma guerra civil de que resultou grande número de vítimas.

No decorrer dos conflitos, a U.D.T. conseguiu estabelecer o controle sobre os principais centros urbanos. Porém, em meados de Setembro, deu-se uma inversão de poderes. A FRETILIN passou a dominar as cidades de Díli e Baucau e, ainda em finais desse mês, comunicou o seu total domínio sobre o território, com excepção do enclave de Oecussi e da ilha de Ataúro.

Em 29 de Novembro, é declarada pela FRETILIN a independência de Timor-Leste, que passou a ter a designação de República Democrática de Timor Oriental.

Em 4 de Dezembro de 1975, o governo da Indonésia informava publicamente a sua intenção de continuar a respeitar os direitos e as obrigações de Portugal face àquele território, ao mesmo tempo que deplorava o acto unilateral da FRETILIN. Todavia, três dias depois, várias forças navais, aéreas e terrestres provenientes daquele país invadiam Timor-Leste incidindo as incursões, muito em especial, sobre a cidade de Díli, onde ocorreram vários bombardeamentos.

Portugal considerou a intervenção da Indonésia como um «acto de agressão», rompendo, no mesmo dia, as relações diplomáticas com esse país.

Após os mortais acontecimentos de 7 de Dezembro de 1975, passou a ser proibida pela Indonésia a entrada de observadores estrangeiros no território.

Em Fevereiro de 1976, o Vice-Governador de Timor-Leste, nomeado pela Indonésia, declarou que desde a invasão já haviam perecido cerca de 60 000 pessoas (British Coalition For East Timor, 1993).

Em 31 de Maio de 1976, foi convocada pelas autoridades militares indonésias uma Assembleia do Povo, tendo sido aprovada uma resolução de integração territorial.

Em 17 de Julho deste mesmo ano, foi assinada pelo Presidente Suharto uma lei que integrava Timor-Leste na República da Indonésia, formando a sua 27.^a Província.

Em 1979, a Indonésia controlava praticamente todo o território, após a prisão ou a morte de muitos líderes da FRETILIN. Porém, sob a liderança de Xanana Gusmão, um grupo de guerrilheiros timorenses pertencentes a esse partido começou a organizar-se no sentido de combater a anexação de Timor, defendendo o direito do seu povo à auto-determinação e à independência.

Sobrevivendo a várias operações militares indonésias, esta resistência armada, sob a designação de FALINTIL (Forças Armadas de Libertação Nacional de Timor-Leste), conseguiu estabelecer ligações estratégicas com várias zonas do território, sendo para isso apoiada pelas respectivas populações.

Em 20 de Novembro de 1992, foi divulgada por uma agência indonésia a notícia da captura do líder da resistência timorense Xanana Gusmão, que se encontra actualmente a cumprir pena na prisão de Cipinang, em Jacarta.

Após a prisão de Xanana, a liderança do grupo de guerrilheiros timorenses foi, de imediato, entregue a António João Gomes da Costa (Ma'Huno), igualmente preso em 1993. Presentemente, a liderança das forças de resistência armada que ainda permanecem em Timor-Leste é encabeçada por Konis Santana.

2.3. Timor-Leste e os Timorenses na Esfera Jurídica Portuguesa

O direito à «Autodeterminação e Independência de Timor Leste» está contemplado na Constituição da República Portuguesa desde 1976.

Na sua versão de 1989, o único artigo que versa este assunto — o art.º 293.º — apresenta a seguinte redacção:

- « 1. Portugal continua vinculado às responsabilidades que lhe incumbem, de harmonia com o direito internacional, de promover e garantir o direito à autodeterminação e independência de Timor Leste.
2. Compete ao Presidente da República e ao Governo praticar todos os actos necessários à realização dos objectivos expressos no número anterior. »

Tal como está expresso no n.º 1 do presente artigo, a responsabilidade jurídica de Portugal para com o território de Timor-Leste é reconhecida pelo direito internacional, sob os auspícios das Nações Unidas.

Nos termos da Lei n.º 2 098 de 29 de Julho de 1959, os naturais de Timor-Leste, bem como das demais províncias ultramarinas, eram considerados cidadãos portugueses.

Todavia, na sequência do processo de descolonização, o Decreto-Lei n.º 308-A/75 de 24 de Junho veio regular a conservação e a perda da nacionalidade portuguesa por parte dos indivíduos «*domiciliados em território ultramarino tornado independente*».

No que respeita ao caso particular de Timor-Leste, uma vez que se trata de um território ultramarino ainda sob administração portuguesa, os seus naturais conservam a nacionalidade portuguesa. Exceptuam-se os casos daqueles que, embora aí tenham nascido, não são filhos de mãe ou de pai português.

Assim, em relação aos timorenses, o reconhecimento da cidadania portuguesa, independentemente da sua data de nascimento, depende da nacionalidade dos respectivos progenitores (vd. Lei n.º 38/81 de 3 de Outubro) e decorre da responsabilidade política que Portugal mantém relativamente a Timor-Leste, situação contemplada no art.º 293.º da Constituição da República.

3. OS TIMORENSES EM PORTUGAL

3.1. Migrações entre Timor-Leste e a Metrópole antes de 1974

Até 1975, data em que foi desencadeada a guerra civil em Timor-Leste, não existia uma tradi o migratória com destino a Portugal. Os poucos timorenses que se dirigiam para o Continente eram, maioritariamente, estudantes do sexo masculino cuja decisão de sair do território de origem obedecia a uma vontade pessoal de ingresso numa universidade ou em qualquer estabelecimento de ensino médio ou superior.

Assiste-se, pois, embora com reduzida expressão numérica, a uma migra o de tipo individual, protagonizada por uma  lite letrada composta por jovens do sexo masculino e de ascendência metropolitana ou pertencentes às classes sociais com elevado estatuto local, que procuram concretizar os seus objectivos profissionais.

Embora fosse quase nulo o contingente dos que regressavam a Timor após concluirem a sua forma o, a maioria optava pela frequência de cursos mais directamente ligados à realidade timorense como, por exemplo, Agronomia, Enfermagem, Regência Agrícola. No início dos anos 70, passou a verificar-se a adesão a cursos de natureza mais diversificada, tais como Economia e Magistério Primário.

A fixa o de portugueses naquela col nia desde os meados do presente século revestiu-se, têm, de alguma especificidade. Ao contrário do que se verificou com as restantes posses es ultramarinas, principalmente Angola e Moçambique, este nunca constituiu um destino escolhido pelos metropolitanos e os poucos que aí se fixaram foram impelidos por outros motivos que não os de natureza econ mica. Reportando-nos às duas décadas anteriores a 1970, podemos agrupá-los em quatro categorias: os missionários, os funcionários públicos, os militares e os deportados políticos.

  excep o dos missionários e de alguns dos deportados que aí constituíram família, dando origem a uma popula o mestiça fixada principalmente em Díli, os militares e os funcionários civis eram em número reduzido. Quanto a estes, a sua permanência era em geral breve, deslocando-se especialmente em comissões de servi o.

3.2. As Primeiras Vagas de Deslocados após 1974

O despoletar da guerra civil em Timor-Leste, opondo as duas principais fac es políticas, veio agravar o clima de instabilidade social desencadeado após a Revolu o dos Cravos, colocando em perigo a sobrevivência das popula es.

Face ao ambiente de crescente tensão social, os habitantes de várias cidades e aldeias viram-se obrigados a deixar as respectivas zonas de residência, iniciando um  xodo forçado. Esta desloca o massiva abrangeu mais de 500 000 pessoas (British Coalition For East Timor, 1993).

Nesta fase surgem dois destinos migratórios escolhidos, fundamentalmente, devido à proximidade da terra de origem — Austrália e Timor Ocidental.

Em Setembro de 1975, um grupo de cerca de três mil timorenses partiu do porto de Díli com destino à Austrália, fixando-se na cidade de Darwin. Numa fase posterior, um reduzido número destes timorenses veio para Portugal, tendo a maioria optado por outros espaços de fixação e, muito em particular, pelo regresso à Austrália.

Ainda em 1975, constituíram-se várias correntes emigratórias em direcção à fronteira com Timor Ocidental. O controle dos principais pontos estratégicos do território por parte da FRETILIN tornou impossível a fuga por via marítima, surgindo como única possibilidade a deslocação a pé até à cidade de Atambua, na Indonésia, para onde convergiram cerca de 45 000 indivíduos.

A liderança deste grupo foi assumida por missionários e anteriores funcionários timorenses da administração colonial, a quem coube o controle e a gestão do quotidiano dos vários acampamentos que entretanto foram construídos em Atambua.

Surge nesta altura o embrião de uma das associações timorenses implantadas em Portugal, a Comunidade dos Refugiados de Timor, à data denominada por Comité dos Refugiados de Timor. Composto por uma maioria de jovens e de adultos do sexo masculino, este Comité funcionou como um instrumento de pressão social e política. Por seu intermédio foi desencadeada uma rede de contactos com vista à deslocação dos timorenses para Portugal, permitindo, assim, alcançar o apoio de várias instituições internacionais (nomeadamente a Cruz Vermelha e a Organização das Nações Unidas).

Em Julho de 1976, após cerca de um ano de estadia em Atambua, chegou a Lisboa um primeiro grupo de timorenses, dando início a uma corrente migratória que se tem mantido até à actualidade.

3.3. Dinâmica e Características dos Fluxos Migratórios a partir de Timor com Destino Portugal

De uma maneira geral, a vinda de timorenses para Portugal constitui uma migração forçada do território natal a que não corresponde, para a maioria dos casos, o desejo de uma estadia prolongada.

Entre 1976 e 1995 deram entrada no País cerca de 6 500 naturais de Timor, tendo mais de metade, aproximadamente 4 500 pessoas, optado pela posterior emigração para a Austrália.

Para os recém-chegados em geral, a procura de protecção e de apoio junto da potência administrante obedece a dois objectivos concretos. O primeiro, de natureza política, corresponde à necessidade de chamar a atenção das instâncias de poder nacionais e internacionais para a premente resolução do caso de Timor. O segundo objectivo, mais de natureza social, traduz-se no facto de a permanência temporária em Portugal corresponder ao tempo necessário para a reunião dos meios indispensáveis à viabilização do processo de emigração para a Austrália, destino privilegiado pela maioria destes migrantes.

Torna-se importante destacar, contudo, as motivações subjacentes ao desejo de estadia em Portugal de uma classe profissional específica: a dos ex-funcionários da administração pública portuguesa em Timor chegados, em grande número, nos finais dos anos 70.

A sua fixação obedeceu, em particular, a interesses profissionais relacionados com a possibilidade de alcançarem uma equivalência imediata nos quadros da função pública, continuando assim a usufruir das regalias sociais de que beneficiavam no território de origem e a manter um equivalente nível de vida.

Fazendo uso da nacionalidade portuguesa, que juridicamente lhes é devida, tem sido significativo o contingente de timorenses que, aproveitando as oportunidades proporcionadas pela política imigratória australiana, consegue estabelecer-se na Austrália. Actualmente, o total de timorenses a residir neste país é de cerca de 20 000, concentrados principalmente nas cidades de Sidney, Melbourne, Darwin e Perth.

A escolha deste destino emigratório prende-se, fundamentalmente, com o nível de vida que aí se pratica; com o desejo de reagrupamento familiar, objectivo que tem sido satisfeito devido à implementação de programas humanitários pelos governos australiano e português; e com a tradição emigratória entre Timor e a Austrália, facilitada pela proximidade geográfica entre ambos os territórios, como anteriormente referido.

Acresce, ainda, o facto dos timorenses poderem beneficiar da possibilidade de visitar Timor após dois anos de residência em solo australiano. De facto, uma vez decorrido esse período, podem requerer a nacionalidade australiana ou optar pela dupla nacionalidade e, na qualidade de cidadãos daquele país, solicitar um visto de entrada temporária no seu território de origem.

Os sucessivos fluxos migratórios a partir de Timor com destino a Portugal podem ser agrupados, para efeitos de análise diacrónica, em quatro períodos temporais.

O primeiro período situa-se entre Julho e Outubro de 1976, altura em que se registou o maior contingente de saídas de Atambua em direcção a Lisboa.

Os dados oficiais divulgados pelo então Instituto de Apoio ao Retorno de Nacionais / I.A.R.N. apontam para um total de 1 525 timorenses recebidos nesse ano no aeroporto da Portela (Leandro, 1984). Este fluxo migratório era composto, fundamentalmente, por famílias nucleares, fratrias e pequenos grupos unidos por parentesco colateral.

Apesar de em número pouco significativo, verificou-se também a vinda de várias famílias isoladas, assim como de alguns militares até então detidos em Timor, que suportaram os custos das respectivas viagens, dispensando o apoio das instituições envolvidas no processo de deslocação e subsequente acolhimento. Integrando esta primeira leva de migrantes, encontrava-se um conjunto representativo de elementos pertencentes à chamada elite letrada timorense, entre os quais vários funcionários públicos e alguns líderes da U.D.T., bem como antigos Régulos ligados à administração colonial portuguesa.

O segundo período situa-se entre 1977 e 1981/82 e corresponde a uma fase de restrição à emigração por parte do governo indonésio. Por este motivo, as chegadas a Portugal foram concretizadas, em grande número, através da fuga aos mecanismos instituídos, sendo o custo das viagens suportado pelos interessados.

Visto tratar-se de um tipo de migração predominantemente clandestina é difícil apresentar o quantitativo dos indivíduos que entraram no País nesta altura. A maioria era de ascendência chinesa, detendo uma posição económica privilegiada face aos demais timorenses.

O terceiro período inicia-se em 1982 e prolonga-se, sensivelmente, até 1993. A maior parte dos timorenses chegados no decurso deste espaço temporal veio ao abrigo de um programa específico de reagrupamento familiar proposto pelos governos português e australiano e aprovado pelas autoridades indonésias.

Ao longo da década de 80, foram chegando anualmente vários grupos familiares, numa média de 250 pessoas por ano (Pereira, 1996).

O quarto período inicia-se em 1993 e prolonga-se até ao momento presente, correspondendo a uma nova fase da migração timorense para Portugal.

Na sequência dos acontecimentos que culminaram com o massacre ocorrido em 12 de Novembro de 1991 no cemitério de Santa Cruz, em Díli, em Julho de 1993 sete estudantes timorenses pediram asilo nas embaixadas finlandesa e sueca em Jacarta, tendo posteriormente vindo para Portugal. A partir daquela data, o número de naturais de Timor (essencialmente jovens estudantes do sexo masculino, com idades compreendidas entre os 18 e os 30 anos) que tem entrado no País por esta via já ultrapassa a centena.

Em 1995, foi retomado o programa de «repatriamento» de antigos funcionários públicos da administração colonial portuguesa, que têm chegado a Portugal acompanhados das respectivas famílias, numa média de oito pessoas por agregado familiar (Pereira, 1996). Integrando um considerável número de crianças, idosos e doentes, o seu contingente é actualmente da ordem da centena de indivíduos.

De uma maneira geral, aqueles que actualmente desejam entrar em Portugal, quer directamente a partir de Timor-Leste quer a partir da Indonésia, terão de fazê-lo por conta própria ou através da Cruz Vermelha Internacional, entidade reconhecida pelas autoridades de ambos os países para desencadear o processo migratório. Para fazê-lo por intermédio deste organismo, os interessados terão de formular um pedido, quer directamente quer através de familiares residentes em Portugal.

Os pedidos de residência são classificados segundo três categorias que contemplam:

- os migrantes integrados em programas de reagrupamento familiar;
- os ex-funcionários públicos que apelam ao direito à reintegração profissional através do Quadro de Efectivos Interdepartamental (anterior Quadro Geral de Adidos), ao abrigo da Lei n.º 1/95 de 14 de Janeiro;
- os refugiados políticos (antigos presos políticos ou vítimas de perseguições e de maus tratos por parte das autoridades indonésias).

A maioria pertence a esta última categoria. As partidas com vista à reunião familiar ou, até mesmo, por motivo de doença, têm sido bastante dificultadas pelo governo indonésio e muitos indivíduos optam por deixar Timor recorrendo a meios próprios, em que o suborno continua a ser uma prática corrente.

3.4. Caracterização Geral da População Timorense Residente em Portugal

O número de originários de Timor radicados em Portugal tem-se mantido relativamente estável desde 1976. De facto, dado o fluir contínuo dos movimentos de entrada a partir daquele território e de saída com destino à Austrália, o total de residentes tem oscilado entre os 1 500 e os 2 000 indivíduos.

Em 1993 viviam no País cerca de 2 500 pessoas de ascendência timorense (Tavares, 1993). Em Fevereiro de 1994, a Fundação Austronésia Borja da Costa / F.A.B.C., uma das associações timorenses com sede em Lisboa, contabilizou 1 510 indivíduos, num total de 249 famílias¹.

¹ Não existem dados mais actualizados sobre este assunto.

Em termos de distribuição geográfica, as principais concentrações residenciais de timorenses situam-se nos distritos de Lisboa e Setúbal.

Em Setúbal, a maioria estabeleceu residência no bairro da Bela Vista. No início de 1994, moravam neste local perto de 50 famílias, num total de 311 pessoas.

Em Lisboa, a maior parte fixou-se em dois dos seus concelhos periféricos: Oeiras, mais concretamente no bairro de Laveiras, em Caxias, onde residem cerca de 35 famílias (aproximadamente 200 indivíduos) e na Amadora. Em finais de 1993 habitavam neste concelho 174 timorenses, 116 dos quais na freguesia da Venteira, constituindo 32 agregados familiares, e 58 em Alfragide, formando perto de 15 agregados familiares (Câmara Municipal da Amadora, 1993). De acordo com a F.A.B.C.², em Fevereiro de 1994 o número de moradores timorenses nesta freguesia havia aumentado para 90, constituindo cerca de 18 famílias.

Na mesma data, viviam em alojamentos colectivos ou pensões da Linha de Cascais³ cerca de 150 pessoas, distribuídas por 30 famílias. Na Linha de Sintra residiam perto de 180 indivíduos, pertencentes a 35 famílias. Sob o mesmo regime, encontravam-se espalhadas por outros locais do distrito de Lisboa um número estimado de 20 famílias, num total de 100 timorenses.

Cerca de 35% dos timorenses inquiridos no estudo «*Minorias Étnicas Pobres em Lisboa*» possuem idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos, perto de 50% situam-se na faixa etária dos 15 aos 39 anos, cerca de 20% têm entre 40 e 64 anos e apenas 5% possuem mais de 64 anos de idade (Costa; *et. al.*, 1991)⁴.

Trata-se de uma população essencialmente jovem, com uma percentagem considerável de pessoas em idade activa.

Quanto à situação por estado civil dos indivíduos com idade superior a 15 anos, cerca de 50% são solteiros, com predominância para o sexo masculino, e perto de 40% são casados.

Os tipos de família extensa e alargada encontram significativa expressão entre esta população, sendo vários, também, os casos de indivíduos sem laços de parentesco que partilham a mesma habitação.

No que respeita à situação dos timorenses perante o ensino formal e de acordo com a Base de Dados EntreCulturas, no início do ano lectivo de 1995/96 existiam 216 estudantes nos vários estabelecimentos de Ensino Básico do País. De entre estes, 90 frequentavam o 1.º ciclo em 46 escolas, 46 frequentavam o 2.º ciclo em 27 escolas e 80 eram alunos do 3.º ciclo, encontrando-se espalhados por 23 escolas. No Ensino Secundário, o total de estudantes timorenses era de 46, frequentando 16 escolas.

Lisboa e Setúbal são os distritos onde, ao nível da escolaridade obrigatória, o número de estudantes é mais elevado, o que se justifica pelo facto dos indivíduos pertencentes a este grupo étnico se concentrarem, predominantemente, nestas duas áreas geográficas. No distrito de Lisboa, em 1995/96, estavam matriculados no 1.º ciclo 76 alunos, 34 no 2.º ciclo, 38 no 3.º ciclo e 31 no Ensino Secundário.

Ainda no mesmo ano lectivo, eram 71 os jovens timorenses residentes no distrito de Setúbal inscritos em estabelecimentos de Ensino Básico; 16 frequentavam o Secundário.

O acesso ao Ensino Superior por parte de indivíduos timorenses encontra-se regulamentado na Lei n.º 63/91 de 13 de Agosto. Assim, desde o ano lectivo de 1991/92 que os timorenses têm facilidade em ingressar nas universidades portuguesas como supranumerários, bastando para isso possuírem uma média de 10 valores à saída do 12.º ano.

Entre o Centro de Cultura de Timor, associação cultural timorense, e várias universidades públicas e privadas do país existem acordos que contemplam a isenção de propinas e o auxílio na aquisição de material escolar aos casos mais necessitados.

² Os quantitativos apresentados com base nesta fonte referem-se apenas a indivíduos e famílias residentes em casa arrendada. Contudo, não é esta a situação em que se encontra a totalidade dos timorenses.

³ Esta delimitação geográfica consta da fonte consultada (F.A.B.C.) nos termos apresentados, não permitindo discriminar os concelhos a que os dados se referem.

⁴ Apesar de se reportarem a uma amostra representativa e de se restringirem às minorias étnicas residentes em bairros de habitação física e socialmente degradada, os resultados deste estudo constituem as informações mais actualizadas sobre a estrutura demográfica dos timorenses residentes na Área Metropolitana de Lisboa. Não existem dados disponíveis sobre outras regiões administrativas do País.

Anualmente, a Universidade Católica Portuguesa reserva aos timorenses duas vagas em cada um dos cursos que ministra.

Os quantitativos divulgados sobre o aproveitamento escolar dos timorenses revelam que os membros deste grupo, por comparação à generalidade dos indivíduos pertencentes a outros grupos étnicos, conseguem atingir um grau mais elevado de habilitações literárias (Costa, *et al.*, 1991; SCOPREM, 1993; 1996). Em 1994/95 registou-se uma taxa de aprovação de 89% no 1.º ciclo, de 95,2% no 2.º ciclo, de 84% no 3.º ciclo e de 77,1% no Ensino Secundário (SCOPREM, 1996).

No que diz respeito à situação laboral dos timorenses em Portugal, a maioria exerce uma actividade profissional, sendo inferior a 10% o número de desempregados.

A sua quase totalidade trabalha por conta de outrem, exercendo funções no sector dos serviços e na indústria transformadora.

Relativamente aos ramos de actividade por sexo, estima-se que 50% das mulheres trabalham no sector dos serviços, seguindo-se as actividades comerciais e o ramo da hotelaria. Cerca de 12% das mulheres timorenses encontram-se desempregadas e perto de 5% são estudantes.

Existe ainda um número considerável de mulheres que não desempenham qualquer actividade profissional, principalmente as pertencentes às primeiras gerações de migrantes.

Quanto ao sexo masculino, aproximadamente 30% dos homens estão integrados no sector dos serviços, sendo equivalente o contingente dos que trabalham na indústria transformadora.

O alojamento constitui um dos principais problemas enfrentados por uma grande percentagem de indivíduos pertencentes aos vários grupos étnicos existentes em Portugal, originando graves situações de segregação socioespacial.

Esta constituiu, também, uma das dificuldades a que os timorenses estiveram sujeitos ao longo de mais de uma década. Porém, a sua situação tem vindo a sofrer positivas alterações desde há alguns anos a esta parte.

Presentemente, cerca de 95% dos indivíduos e famílias originários de Timor-Leste habitam em bairros de realojamento clássico, em regime de arrendamento. Trata-se de bairros ocupados, na sua maioria, por populações economicamente carenciadas, provenientes de bairros de lata ou de outro tipo de alojamento degradado, onde é reduzida a presença de minorias étnicas (Costa; *et al.*, 1991).

À chegada, os timorenses são actualmente instalados em alojamentos colectivos (pensões) financiados pelo Centro Regional de Segurança Social de Lisboa e Vale do Tejo, instituição que lhes assegura a subsistência nos primeiros doze meses de estadia (de acordo com a Resolução do Conselho de Ministros nº 28/96). Terminado esse prazo e caso existam habitações de renda social disponíveis, o Centro encarrega-se do seu realojamento, fornecendo-lhes um subsídio de integração.

3.4.1. Alguns Factores Determinantes no Processo de Inserção Social

No caso dos timorenses chegados a Portugal em idade adulta nos anos 70/80, o estatuto socio-profissional alcançado no território de origem, resultante em especial do grau de formação escolar atingido, constituiu o principal factor determinante no processo de inserção na sociedade portuguesa.

Para o conjunto dos indivíduos sem formação escolar e sem uma qualificação profissional, as dificuldades de compreensão e expressão em língua portuguesa, bem como a fraca identificação com os padrões da cultura dominante traduziram-se, principalmente nos primeiros tempos de estadia, em obstáculos ao desenvolvimento de relações sociais fora do seu grupo. A rede de contactos sociais ficava, muitas vezes, circunscrita ao próprio grupo timorense ou ao núcleo familiar.

Os dialectos de origem, principalmente o tétum, funcionaram como os veículos de comunicação mais utilizados. Entre os mais velhos, apenas alguns falam português, nomeadamente os indivíduos do sexo masculino que frequentaram o ensino em Timor e exerceram funções nos serviços públicos sob a dependência do Estado português.

Para o conjunto das mulheres migrantes em idade adulta, o choque cultural foi mais forte. Atendendo aos papéis sociais desempenhados na sociedade de origem, muitas sentiram-se divididas entre a necessidade de abertura a uma nova realidade sociocultural, levando à subsequente adopção de práticas de vida diferentes daquelas a que estavam habituadas e a resistência aos contactos com o exterior. A maioria viu-se obrigada a exercer uma actividade profissional que ajudasse a suportar os encargos domésticos. A falta de formação escolar e profissional, aliada à dificuldade de expressão em língua portuguesa, vieram criar barreiras à sua inserção social.

Os que chegaram a Portugal ainda na fase da adolescência ou como jovens adultos durante o referido período, conseguiram, de uma maneira geral, adaptar-se mais facilmente aos modos de vida da sociedade receptora. Grande parte do seu processo de socialização decorreu longe do contexto de origem, sendo fácil de compreender a sua fraca identificação com os padrões da cultura dos progenitores. O português tornou-se, para a maior parte dos casos, a sua língua materna e os modelos da cultura portuguesa acabaram por enformar os respectivos comportamentos e atitudes.

A posição destas gerações de timorenses poderá ser traduzida através deste depoimento: «(...) *Em Portugal(...) eu gosto de tudo, porque eu moro aqui... eu cresci mais aqui do que lá. Sou mais português do que... bem, eu sou sempre português, mas sou mais português do que timorense(...)*» (Viegas, V. II, 1990, p. 206).

Timor constitui, para muitos, apenas um local relevante no seu imaginário, construído com base num modelo de referência transmitido pelos familiares mais velhos.

Os timorenses cuja entrada em Portugal se realizou num período mais recente (anos 90) transportam consigo muitas das influências da cultura indonésia. Para os recém-chegados, o maior ou menor contraste cultural e social sentido face à sociedade portuguesa decorre da forma como absorveram as influências da cultura hoje dominante no seu território de origem. As experiências vividas, as perseguições e torturas de que foram alvo e o clima de opressão em que cresceram, fizeram-nos criar aquilo que denominam por «cultura de resistência», da qual resulta um sentimento de desconfiança e de fechamento face ao exterior.

A maioria foi obrigada a sair da sua terra por razões de segurança, abandonando os familiares mais próximos e abdicando dos seus bens, dos seus empregos ou dos seus estudos.

No novo país de residência, do qual cultivavam uma imagem de certo modo idílica, o desconhecimento ou o escasso domínio da língua e dos modelos culturais portugueses tem-se traduzido em dificuldades de inserção social. Os problemas psicológicos decorrentes do seu desenraizamento cultural e o facto de chegarem desprovidos de meios de subsistência fazem aumentar a sua dependência face à sociedade de acolhimento, reforçando o seu isolamento.

No caso particular da população timorense residente no nosso País, a insuficiência de medidas que permitam atenuar as dificuldades de inserção social, nomeadamente a criação de

infraestruturas de apoio à chegada e, mais importante, a implementação de políticas concretas que promovam as suas culturas de origem e que facilitem a integração social, tem sido uma realidade.

Todavia, tem-se assistido recentemente ao desenvolvimento, à proliferação e à articulação de determinadas iniciativas, quer por parte de várias Organizações Não Governamentais (ONG), quer ao nível de instituições oficiais, no sentido de ultrapassar a situação acima referida.

Em 23 de Novembro de 1995 foi criada a *Comissão Interministerial para o Acolhimento e Inserção da Comunidade Timorense*, sob a responsabilidade do Ministro da Solidariedade e Segurança Social. Esta Comissão surgiu no seguimento de uma proposta de revisão da política de acolhimento a esta população, levada a cabo por várias ONG portuguesas. Durante os três meses em que esteve em funções, conseguiu promover algumas melhorias, nomeadamente ao nível do acolhimento, alojamento, assistência médica e regularização da situação dos jovens recém-chegados.

Ao mesmo tempo, foram promovidas por instituições sociais de cariz não governamental acções de natureza diversa. A *Associação 12 de Novembro*, por exemplo, organizou vários cursos de formação profissional. O *Centro para a Cidadania Timorense*, num projecto conjunto com a *Comissão para os Direitos do Povo Maubere* e com o *Centro de Informação e Documentação Amílcar Cabral*, desenvolveu actividades de apoio no campo da saúde (em articulação com o Ministério da Saúde) e realizou vários cursos de língua portuguesa para os recém-chegados, merecendo o suporte do Ministério da Educação.

Em 14 de Maio de 1996, foi criada a *Comissão Permanente para o Acolhimento e a Inserção Social da Comunidade Timorense*, presidida pelo Ministério da Solidariedade e da Segurança Social e na qual têm assento vários outros Ministérios. A sua criação pretende responder às necessidades de desenvolvimento e de articulação de programas entre vários Ministérios e Organizações Não Governamentais com vista à promoção das condições de inserção da população timorense residente em Portugal.

Na prática, a generalizada ausência ou a escassez destes tipos de suporte tem feito com que os timorenses, a par do que se verifica com outros grupos étnicos imigrados, procurem desenvolver mecanismos internos próprios para responder às necessidades enfrentadas. O associativismo tornou-se, assim, um dos principais recursos adoptados visando minorar os problemas de cariz material e psicológico originados por uma situação de desenraizamento social e cultural.

3.5. Actividades Associativas e Culturais

Desde a chegada a Portugal do primeiro grupo de timorenses fugidos de Timor em 1975, várias associações de natureza cultural e social têm sido institucionalmente formalizadas e outras, entretanto, extintas.

Destacamos duas delas, atendendo à sua representatividade junto da população timorense e ao âmbito alargado das respectivas acções.

a) A Comunidade dos Refugiados de Timor (C.R.T.)

A C.R.T. nasceu de um Comité (*Comité dos Refugiados de Timor*) que fora criado em Atambua pelos timorenses que aí se refugiaram em 1975. Visava, à data, assegurar a coordenação dos vários acampamentos onde estes haviam sido alojados e garantir a defesa dos interesses colec-

tivos. A acção deste Comité consistiu, essencialmente, na prestação de assistência directa àquela população, através da distribuição de artigos de primeira necessidade provenientes de diversas instituições humanitárias sediadas em Macau, no Brasil e na Austrália. Em Julho de 1976, a vinda para Portugal do seu grupo de fundadores veio favorecer a continuidade, no novo contexto de acolhimento, das actividades e acções até então desenvolvidas.

Em 1977, a formalização das relações entre esta associação e várias instituições portuguesas (públicas e privadas) de apoio à população timorense, veio impor a sua reestruturação. Com a nova denominação de *Comissão dos Refugiados de Timor*, a sua principal missão consistiu no apoio à integração profissional dos funcionários da administração pública originários de Timor-Leste.

Em 1979, a CRT assumiu a responsabilidade no acolhimento e no auxílio aos timorenses recém-chegados, visto que os programas oficiais de assistência social haviam terminado. Passou, então, a prestar assistência directa à população timorense, quer aos recém-chegados quer também aos já instalados, tendo como entidades financiadoras desse apoio a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa e o Instituto da Família e Acção Social.

Em Julho de 1981, esta instituição passou a designar-se por *Comunidade dos Refugiados de Timor*. Trata-se da primeira associação de timorenses com carácter social, cultural e recreativo oficializada em Portugal. Com o estatuto de Instituição Particular de Solidariedade Social, a CRT tem como objectivos genéricos apoiar a integração social de todos os membros desta população e preservar a identidade cultural do povo de Timor.

A CRT dispõe de capacidade jurídica que lhe confere o direito de efectuar o reconhecimento da naturalidade (timorense) e da nacionalidade (portuguesa) dos recém-chegados, bem como a autenticação de vários documentos pessoais. Tais formalidades são condições necessárias ao acesso a determinados benefícios, nomeadamente à assistência social e aos programas especiais de emigração.

b) A Fundação Austronésia Borja da Costa (F.A.B.C.)

A F.A.B.C. deve o seu nome a Francisco Borja da Costa, timorense assassinado em 7 de Dezembro de 1975 pelas tropas indonésias.

Borja da Costa destacou-se no estudo e na arte de cultivar as formas clássicas da oratória e da poesia em tétum, tendo contribuído para a transcrição da literatura oral timorense.

Esta associação, formalizada em Março de 1986, diz-se apartidária e de cariz predominantemente cultural.

Com o objectivo de promover a recolha, o estudo, a preservação e a divulgação do património cultural timorense foram publicadas duas obras que incluem várias canções e lendas de Timor: *Cantolenda Maubere* e *Tebe-Colectânea de Canções Populares de Timor-Leste*, além de três números da revista *Coral*, um deles em língua inglesa.

No quadro do apoio social, a F.A.B.C. integrou, durante vários anos, um programa de auxílio a órfãos, menores não acompanhados, filhos de mães solteiras e crianças provenientes de famílias necessitadas, visando o acolhimento e o encaminhamento dessas pessoas, bem como a distribuição de subsídios provenientes de instituições internacionais.

No que respeita ao enquadramento dos jovens estudantes timorenses, a F.A.B.C. tem tido uma intervenção activa no processo de atribuição de bolsas de estudo pela Fundação Calouste Gulbenkian, fornecendo um apoio individualizado aos bolseiros.

Também pela sua importância ao nível cultural e artístico, são de destacar dois grupos de danças e cantares timorenses:

a) O grupo «Taci Feto Taci Mane»

Fundado em Maio de 1988 por indivíduos ligados à Comunidade dos Refugiados de Timor, o seu nome vem da junção de duas designações: *Taci Feto*, que significa *mar mulher*, o mar que banha a costa norte de Timor (mar manso) e *Taci Mane*, que significa *mar homem*, o mar que banha a costa sul (o mar bravo), representando todo o Timor-Leste.

Constituído por trinta elementos de ambos os sexos e de diversas idades, este grupo tem como objectivo principal cultivar e divulgar as danças, os cantares e a cultura de Timor.

Tem participado em várias festas de beneficência, encontros de sensibilização para a questão política de Timor-Leste e em festivais nacionais e internacionais de folclore.

b) O grupo «Kdadalak»

Kdadalak, palavra em tétum que significa *regato*, é um grupo formado por cerca de vinte e cinco elementos que procura reconstituir e divulgar as danças e os cantares de Timor-Leste. A sua fundação data de 1989.

A recolha das músicas e das danças tradicionais é, geralmente, feita junto dos timorenses mais velhos, que são convidados a integrar e assessorar o grupo, constituindo uma fonte permanente de inspiração e de aperfeiçoamento.

Do seu amplo repertório constam não só expressões da cultura tradicional timorense, como também danças e canções que procuram dar a conhecer a situação sociopolítica que se vive em Timor-Leste.

Visando levar a sua mensagem a um público diversificado, as suas actuações têm tido lugar não só em Portugal como também em vários países da Europa.

Em 1990, o grupo alargou o âmbito das suas actividades tendo criado o *Kdadalak-Teatro*. A sua primeira peça, *Beileira*, é a dramatização de algumas lendas timorenses e propõe um interessante percurso pelo imaginário deste povo, num cenário em que o misticismo, o drama e o heroísmo se combinam.

East Timor



FIGHT

Bird without space

River without a bed

Tree without a forest

But I am alive!

Fernando Sylvan
Enterrem Meu Coração no Ramelau, 1982

INDEX

	Page
1. EAST TIMOR: TERRITORY, PEOPLE AND CULTURE	43
1.1. Geographic Situation	43
1.2. Natural Resources and Principal Economic Activities	44
1.3. The Historic Past	45
1.4. Political-Administrative Organisation of the Territory	46
1.5. Socio-Demographic Characteristics	46
1.6. Socio-Cultural Aspects	48
2. THE SOCIO-POLITICAL SITUATION	51
2.1. Decolonisation and the Formation of Timorese Political Parties	51
2.2. The Civil War and the Indonesian Invasion	51
2.3. East Timor and the Timorese in the Portuguese legal domain	52
3. THE TIMORESE IN PORTUGAL	53
3.1. Migrations Between East Timor and Continental Portugal Before 1974	53
3.2. The First Waves of the Displaced After 1974	53
3.3. Dynamics and Characteristics of the Migratory Flow from Timor with Portugal as a Destination	54
3.4. General Characterisation of the Timorese Population Resident in Portugal .	56
3.4.1 Some Determining Factors in the Process of Social Integration	58
3.5. Associative and Cultural Activities	60
BIBLIOGRAPHY	91
USEFUL INFORMATION	92

1. EAST TIMOR: TERRITORY, PEOPLE AND CULTURE

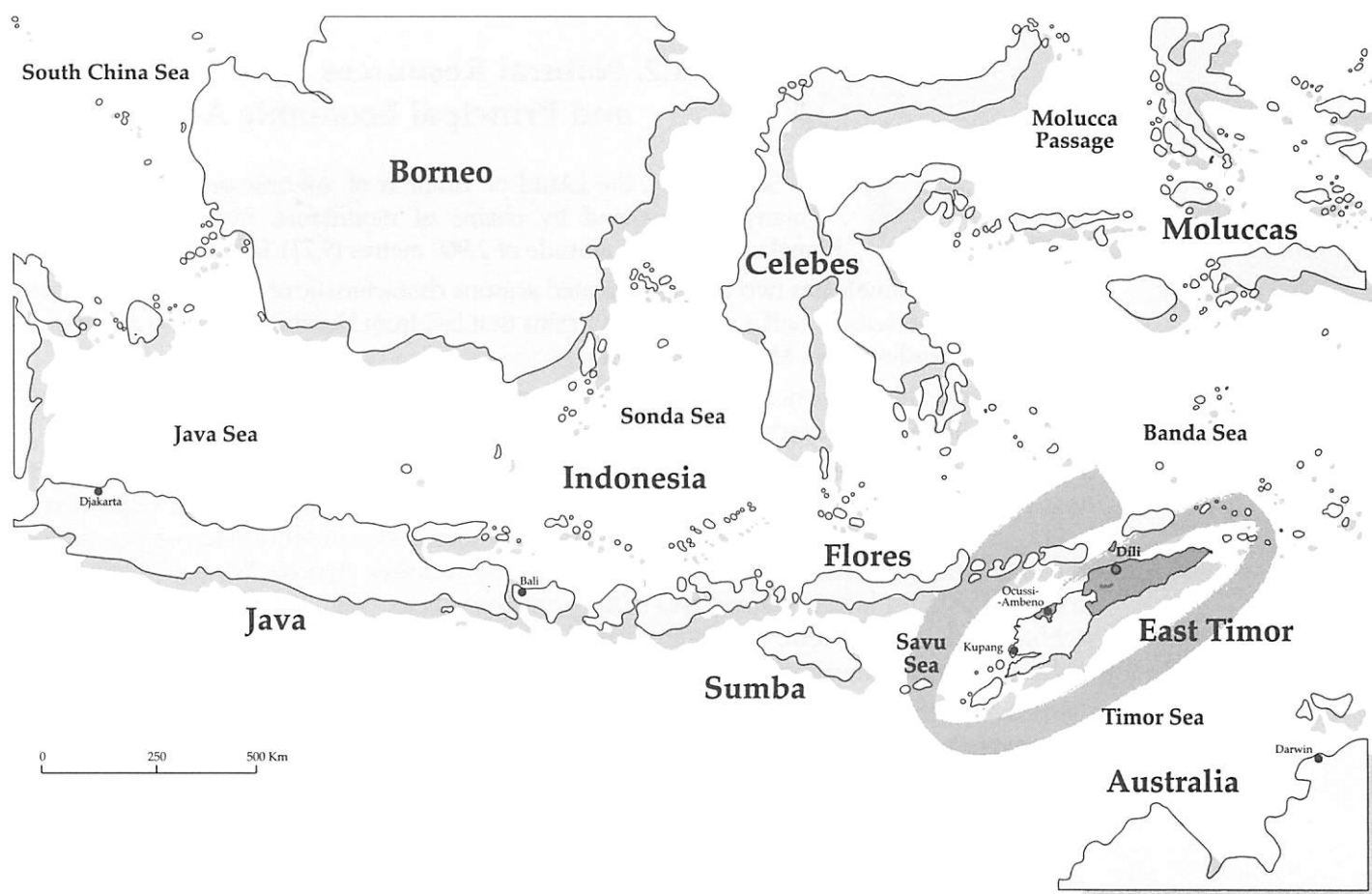
1.1. Geographic Situation

The word Timor has its origin in the Malayan language and means East. The island of Timor is located in the extreme east of the archipelago of Nusantara (Indonesia), about nine degrees South latitude, and has an elliptical shape. Its total surface area is approximately 30,000 km² (vd. Map n.º 1).

In administrative terms, the western half of the territory, with the exception of the enclave of Oucssi, is an integral part of the Republic of Indonesia. The geographic space that still legally remains under Portuguese administration comprises around 18,889 km² and corresponds to

Map n.º 1

Location of the Island of Timor

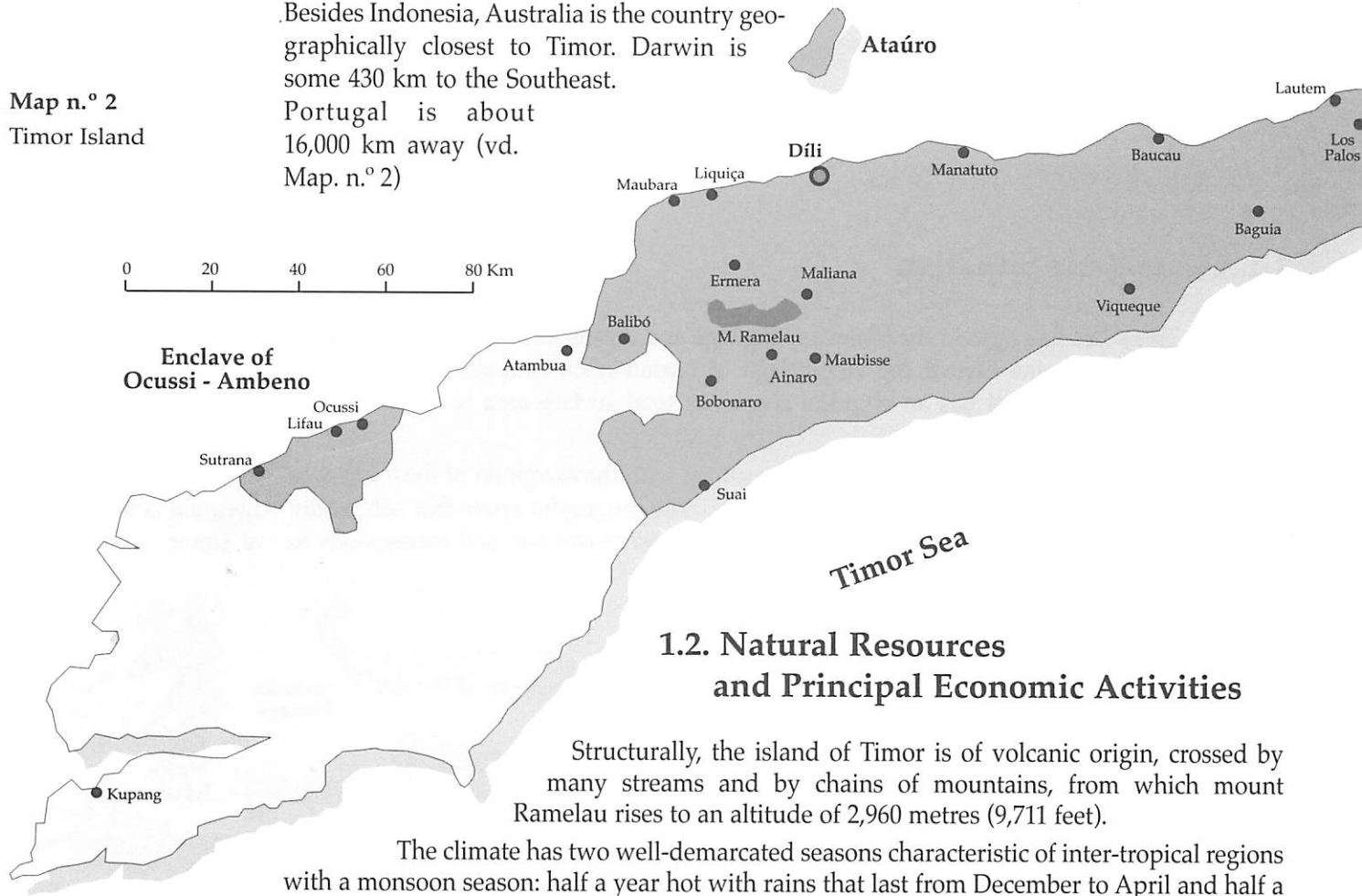


the eastern area of the island, including the 850 km² enclave of Ocussi in the Northeast part of the western half; the island of Ataúro off the northern coast, with 144 km²; and the small uninhabited island of Jaco in the extreme east, with 5 km².

Besides Indonesia, Australia is the country geographically closest to Timor. Darwin is some 430 km to the Southeast.

Portugal is about 16,000 km away (vd. Map. n.º 2)

Map n.º 2
Timor Island



1.2. Natural Resources and Principal Economic Activities

Structurally, the island of Timor is of volcanic origin, crossed by many streams and by chains of mountains, from which mount Ramelau rises to an altitude of 2,960 metres (9,711 feet).

The climate has two well-demarcated seasons characteristic of inter-tropical regions with a monsoon season: half a year hot with rains that last from December to April and half a year cold extending from May to November.

The physical characteristics, as well as the geographic isolation of the territory, generally constitute unfavourable factors for its economic development.

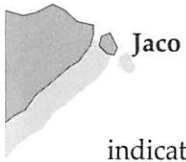
Throughout the colonial period, coffee represented around 80% of its exports. Almost all of it was produced by Portuguese from the Continent, owners of the majority of the plantations, and by a company belonging to the Portuguese government. This product made up practically the only source of exchange value around which the *Sociedade Agrícola Pátria e Trabalho*, the company with the largest planted area in the province, was founded. Besides coffee, copra and rubber, crops such as corn, rice, beans, sweet potatoes, manioc and peanuts were also cultivated for internal consumption and generally satisfied local needs.

Even though the subsoil was rich in large deposits of copper, gold, manganese and petroleum, the economic base has always been agriculture followed by the raising of animals.

Until the mid-1970's, industry was quite basic, leaving the populations dependent on imported products. Nevertheless, the manufacture of tobacco, the production of soap and coconut oil; the milling of lumber; the distillation of alcohol and the production of bricks and roofing tile can all be cited (Azevedo, 1992).

Mineral prospecting was limited to the exploration for petroleum, with four petroleum companies existing in East Timor, all with their headquarters in Australia.

Trade developed principally with its neighbouring countries and not with Portugal, given the large distance between the two territories. Commercial activity was in the hands of the Chinese community and foreign business transactions also originated with them.



The irregular relief of the island, combined with the periodic torrential flow of the streams and flooding of the plains, has always constituted an obstacle to the construction and maintenance of a network of roads that would always allow traffic to flow freely. This fact, besides contributing to the isolation of the population, indicates the level of underdevelopment in which they lived.

Until 1974, Díli had the only port. It was constructed after 1964 and was the only place in the territory that received large ships.

In Baucau, the second most economically developed urban centre, the international airport guaranteed bi-weekly connections with Darwin, in Australia, and with Bali and Kupang, in Indonesia. In addition to the airport, there were smaller airfields in Díli, Maliana, Suái and Viqueque served by regular air carriers.

1.3. The Historic Past

By the date on which the Portuguese navigators dropped anchor at the small island of Timor, that is, between 1512 and 1520, some Asiatic merchants of Chinese, Javanese, Malayan and Makassarese origin had already put in there in search of precious sandalwood. The Portuguese occupation began in the middle of the 16th century, marked by the arrival of merchants and Dominican missionaries.

In the 18th century, the Dutch dominated the entire kingdom of Servian (the western part of the island of Timor), with the exception of the enclave of Ocussi that chose to be under the protection of the Portuguese Crown. With the objective of annexing the neighbouring kingdom of Belos (corresponding to present day East Timor), the Dutch were able to stimulate a permanent tension between the populations of both kingdoms, creating a question about Portuguese sovereignty in that part of the island.

In 1702 Portugal assumed the official administration of a part of the territory of Timor, under the jurisdiction of the Vice-Roy of India. The first capital was established at Lifau, Ocussi. In 1769, fearing an attack by the Dutch, Teles de Mascarenhas, the Governor at the time, transferred the capital from Lifau to Díli, located in the province of Belos.

In the 19th century (1859), the Portuguese signed a contract with Holland promising to abandon its claims on the islands of Solor and Flores in trade for the enclave of Maubara and 200,000 florins. The separation of West Timor and East Timor was established at the same time. The borders were reviewed once again by the Luso-Dutch Treaty of 1904, the adjustment being legalised by a Swiss arbitration decision in June 1914, thereby sanctioning the division of the Timorese territory (Moreira, 1977).

After the revolution of 1910 against the Portuguese government, led by one of the *Liurais*, the highest authority in Timorese social organisation, the period until the Second World War was relatively peaceful. Although the Portuguese had retaken power and the number of adminis'

trators increased, only 200 civilians and 300 military of continental origin lived in the territory in 1928. The majority was made up of politicians deported by the Salazar regime and responsible for a large part of the administration of the colony.

During the Second World War, specifically between 1942 and 1945, Timor was once more a stage for a bloody battle, this time between the Japanese and allied Dutch and Australian forces. There were thousands of deaths, among whom was the Régulo Dom Aleixo Corte-Real, heroic defender of the Timorese people and a charismatic figure.

In 1949, the half of the island belonging to Holland became part of the recently formed Republic of Indonesia.

1.4. Political-Administrative Organisation of the Territory

At the time that the Portuguese arrived in Timor, the island was divided into several kingdoms or principalities, more or less independent of each other.

Their political organisation, however, was basically identical. Each of these kingdoms or principalities was separated into *Sucus*, a designation corresponding to the district administrative division. In turn, these were separated into small population centres called *Leo* or *Knua*.

Each principality was governed by a *Liurai*, that held the power of life and death and whom the Portuguese called First King or *Régulo*. Directly servile to the *Liurais* were the *Datos* or *Chefes de Suco*, who occupied an intermediate position between these and the *Catuas*, chiefs of the population centres and direct agents of authority over the people.

The *Catuas* were considered to be men of great wisdom and held an important place in the Timorese social hierarchy, being known as Masters of the Word or *Lia Na 'In*.

With the establishment of the Portuguese in Timor, the power of the *Liurais* was reduced. They no longer exercised absolute authority, which resided exclusively with the Portuguese government and military. However, they were granted «(...)great liberty and even power and support to the traditional chiefs (...) as long as their orders were followed (...)» (Pires, 1991, p.23).

In legal terms, the Political and Administrative Status of the Province of Timor was settled in 1963. In 1972, some alterations were made to the statute that governed it. A new Political-Administrative Status for Timor went into effect on January 1, 1973.

1.5. Socio-Demographic Characteristics

In accordance with the General Census of the Population, East Timor contained a total of 609,477 inhabitants in 1970 (Moreira, 1977). The municipal area with the highest population density was Baucau, with 83, 810 inhabitants, followed by Bobonaro (72,641 inhabitants), Ermera (66,150 inhabitants) and Díli (65,451 inhabitants) (Azevedo, 1992). Estimates from 1975 indicate a total population of 650,000-670,000 inhabitants (Moreira, 1977).

Until the date of the invasion of the territory by Indonesian troops, December 7, 1975, the majority of the resident population were born in Timor and of indigenous ancestry. In addition to these, there were several thousand persons of Chinese (approximately 12,000, of which 3,000

maintained Chinese nationality), European (around 5,000 white Portuguese) and mixed ancestry (Pires, 1991).

According to tradition, the family organisation in Timor follows the patriarchal model with descent through the father's line. The celebration of marriages usually conforms to a contract which can be broken by either of the parties, with polygamy being practiced. The *barlaque*, as the marriage is called, is interpreted as a practice that corresponds to the exchange of presents between the families of the betrothed couple and includes not only several head of cattle, but also gold objects and traditional cloths or *tais*.

In daily labour, the sexual division of work among the several elements of the family is clearly defined, with the roles and functions assigned to each being distinct. Rural work demanding greater physical strength is reserved for the men, as is the cutting down of large trees, hunting and the construction of houses. Both members of the couple work in the vegetable garden. However, the weeding of the corn and sowing of seeds, help in the transplantation or plants and harvests in the pasture are assigned to the woman.

The woman is given a very active role in the core of traditional Timorese society. In addition to the specific agricultural work for which she has the responsibility, her presence in the home, in rituals and even, at certain times, in the construction of the dwelling is considered indispensable. She is generally assisted by her daughters in the domestic work, especially when they reach ten or eleven years of age. The adoption of boys and girls chosen from among the nieces and nephews and other close relatives is considered an acceptable and common practice.

Relative to formal education, the implementation of teaching in Timor and its development by the Portuguese government was begun late. The contents of the school programmes followed the identical norms and orientations as those that had been established for Continental Portugal and for the other overseas territories. In 1950, around 90% of the population were illiterate (Moreira, 1977).

Before the 1960's, schooling covered almost exclusively boys, in particular those that lived in the main urban centres or in areas where Catholic mission schools had been established. The continuation of studies beyond primary education was through entry into Catholic seminaries, the students being able to choose a religious career.

In 1961 a statute was signed that made possible the enrolment of a more comprehensive number of youth scattered among the villages in the interior of the territory. At that time several scholastic positions were created under the responsibility of the so-called Municipal Commissions.

In 1964 the first courses for primary instruction for adults began. These courses were originally in Díli and were later expanded to all municipal or district headquarters. In October 1966, technical-professional education was established.

The continuation of mid-level and advanced-level studies was guaranteed to students through the granting of scholarships for study in Continental Portugal or in another overseas province. These were furnished by the then Ministério do Ultramar (Ministry of Overseas Affairs), by the Calouste Gulbenkian Foundation and by the City Council of Díli.

Despite the efforts for literacy begun toward the end of the 1960's, the great majority of the Timorese population in 1974 was illiterate and did not know the Portuguese language. At the end of 1974, there were less than ten Timor natives with university degrees (Moreira, 1977).

1.6. Socio-Cultural Aspects

Throughout the centuries and up till the date of the Indonesian occupation, the population of East Timor had been divided into several ethnic or ethno-linguistic groups, the majority having their own dialects and specific types of culture. The isolation was strong even among some ethnic groups located in neighbouring regions, with certain cultural practices and even the language used being unknown to the others.

However, as the result of acculturation and racial mixing, some of these groups had certain cultural and other traits in common (Guterres, 1994).

The Timorese speak at least two languages, learned and used in different contexts. The first, the mother tongue, is that which belongs to the ethnic group in which they spent the greater part of their infancy and adolescence. The second is generally learned later when their interpersonal contacts expand beyond the primary relationships maintained with their original group (Lameiras-Campagnolo; Campagnolo, 1991).

Tétum, besides being the mother tongue of some Timorese groups, is also the *língua franca*, learned in adolescence or even as an adult, it being used in common by several ethnic groups. Through it the teaching of reading and writing was encouraged by the missionaries and, after the establishment of the Portuguese Republic, by the Portuguese administration. Exceptions to its almost generalised use were the Creole of Bidau (or Portuguese of Bidau, the area surrounding Díli) and Portuguese, adopted in the urban environment where the Portuguese presence was more important and known by some local chiefs.

Until the arrival of the Portuguese, the majority of Timorese natives were animist, that is, they believed in life after death in which their souls continued to live in terrestrial locations or on sacred mountains, incarnating in animals and evil objects, their curses being warded off through sacrificial ceremonies. Nevertheless, the existence of a supreme divinity, named *Maromak*, which means God in Tétum, was recognised.

The ritual ceremonies were particularly directed to their ancestors and to the *Lulik*, natural or artificial objects considered bearers of supernatural powers and that generally were maintained in sacred places, the *Uma Lulik*.

In East Timor there were neither temples nor idols. There were only symbolic representations of their ancestral spirits. Worship consisted of sacrifices called *Estilos* and *Grandes Estilos*, named in this manner in accordance with the importance of the ceremony that many times ended with a banquet during which the meat of the victim was eaten (among the *Grandes Estilos* were buffaloes or pigs).

With the introduction of Christianity in the second half of the 16th century, some of the traditional practices of worship were abolished or became symbolic.

Currently, the majority of Timorese are Catholic, despite the growing influence of Islam, a result of the Indonesian presence in the territory.

The Timorese culture is also rich in legends. The legendary themes relate to historical facts or to occurrences that marked the daily life of the population, such as marriage contracts, the make-up of the family, the origins of a settlement and the pacts executed among the different ethnic groups.

The cultural expressions and artistic work of the Timorese are numerous and varied. The Timorese culture is not confined by a unique, homogeneous model. The character of the

various ethnic groups located in the different regions of the territory has resulted in the creation of distinct cultural heritages.

The people of Timor are heirs to the Austronesian culture, to which was added a combination of components of Chinese, Javanese and Malayan origin, along with a strong influence from cultural characteristics of Portuguese origin. These are more noticeable relative to the language, religion and art.

Although the traditional literature of Timor is essentially oral, the collection work developed by the missionaries, anthropologists and other investigators must be mentioned. From this resulted several individual publications as well as compilations and periodicals. The local written output in the Portuguese language is practically non-existent, there being, however, some literary works with Timorese inspiration, noting especially those of Ruy Cinatti and Alberto Osório de Castro.

There is a clear-cut difference between the common music and dance works, with local and more traditional roots, and those that are associated with the higher social classes, in which Malayan, Javanese and Portuguese elements stand out. The traditional Timorese dances are generally sung in chorus alternating men and women and having the name *Tebe*. Other forms of dance are the *Tebedai*, which consists of group movements to drum rhythms and the *Loro Sa'e*, a warrior dance that celebrates victory. Music and dance occupy an important place in Timorese social practices, from the leisure activities to ritual, marriage and funeral ceremonies, or to work activities.

Still to be mentioned is the traditional *cock fight*, an activity greatly enjoyed and widespread among the Timorese. It consists of a fight between two animals on which large sums of money are bet on the possible victor (Oliveira, 1971).

In jewellery production, silver pieces ornamented with filigree are predominant. Ornaments and wrought coins in gold, copper and, especially, silver are produced.

Timorese weaving consists of the production of *tais*, woven on primitive bamboo looms. These are used for male and female clothing.

The architecture is rich and diversified. There are different types of houses in conformance with the region where they are built. A characteristic example is the square type set on pillars of wood. On the roof are placed different ornaments made of more or less valuable material in accordance with the social status of its owner.

2. THE SOCIO-POLITICAL SITUATION

2.1. Decolonisation and the Formation of the Timorese Political Parties

On April 25, 1974, after the defeat of the Marcelo Caetano regime, several political parties appeared in Timor, defending different options for the future of the territory. The most representative were the União Democrática Timorese (U.D.T.), that wanted the continuation of the Portuguese presence along with a growing participation of the natives of Timor in the different areas of public administration; the Frente Revolucionária de Timor-Leste Independente (FRETILIN), that defended the complete independence of Timor after a short period of transition; and, the Associação Popular Democrática de Timor (APODETI), that sought integration with Indonesia (Moreira, 1977).

Other parties were also formed in 1974, although with a reduced weight in the political life of Timor. They were the Associação Popular Monárquica Timorese (K.O.T.A.), a party with a traditional outlook that sought to maintain the power of the Régulos or *Liurais*, as chiefs directing the territory and the Partido Trabalhista (P.T.).

2.2. The Civil War and the Indonesian Invasion

On August 11, 1975, the U.D.T. occupied important locations in the cities of Díli and Baucau, demanding immediate independence from the Portuguese authorities and the imprisonment of the leaders of FRETILIN. The Portuguese government rejected this ultimatum and called the two parties together for conversations. Two days later there were confrontations between the two factions in the Timorese capital. This began a civil war which resulted in a large number of victims.

During the conflicts the U.D.T. was able to establish control over the main urban centres. However, in the middle of September there was a reversal of power. FRETILIN acquired domination in the cities of Díli and Baucau and, at the end of September, announced their total domination over the territory with the exception of the enclave of Ocussi and the island of Ataúro. On November 29, FRETILIN declared the independence of East Timor which was renamed the Democratic Republic of East Timor.

On December 4, 1975, the government of Indonesia publicly stated its intention to continue to respect the rights and obligations of Portugal in that territory and, at the same time, deplored the unilateral act of FRETILIN. However, three days later several naval, aerial and land detachments from that country invaded East Timor, especially assaulting the city of Díli where there were several bombardments. Portugal considered the intervention of Indonesia as an «act of aggression» and broke diplomatic relations with this country on the same day.

After the fatal events of December 7, 1975, the entrance of foreign observers into the territory was prohibited by Indonesia. In February, 1976, the Vice-Governor of East Timor, nominated

by Indonesia, declared that since the invasion around 60,000 persons had perished (British Coalition for East Timor, 1993).

On May 31, 1976, an Assembly of the People was convened by the Indonesian military authorities, a resolution for territorial integration having been approved. On July 17 of that year, President Suharto signed a law that integrated East Timor into the Republic of Indonesia, forming its 27th province.

In 1979, Indonesia controlled practically all of the territory, after the imprisonment or the death of many of the leaders of FRETILIN. Nevertheless, under the leadership of Xanana Gusmão, a group of Timorese guerrillas belonging to this party began to organise with the aim of fighting the annexation of Timor and defending the right of its people to self-determination and independence.

Surviving several Indonesian military operations, this resistance group, under the designation of FALINTIL (Forças Armadas de Libertação Nacional de Timor-Leste) was able to establish strategic connections with various areas of the territory. They were supported in this by the respective populations. On November 20, 1992, the news of the capture of the Timorese resistance leader Xanana Gusmão was released by an Indonesian agency. He is currently serving a sentence in the Cipinang prison in Djakarta.

After the imprisonment of Xanana, the leadership of the Timorese guerrilla group immediately passed to António João Gomes da Costa (Ma'Huno), who was also made a prisoner in 1993. Currently, the leadership of the resistance forces that still remain in East Timor is headed by Konis Santana.

2.3. East Timor and the Timorese in the Portuguese Legal Domain

The right of «Self-determination and Independence of East Timor» has been observed by the Constitution of the Portuguese Republic since 1976. In its 1989 version, article 293, the only article that deals with this subject, has the following text:

- «1. Portugal continues bound to the responsibilities that charge it, in accord with international law, to promote and guarantee the right to self-determination and independence of East Timor.
2. It is incumbent upon the President of the Republic and the Government to carry out those acts necessary for the fulfilment of the objectives expressed in number 1.»

As is stated in N.º 1 of the current article, the legal responsibility of Portugal toward the territory of East Timor is recognised by international law under the auspices of the United Nations. Under the terms of Law N.º 2,098 of July 29, 1959, those born in East Timor, as well as in the remainder of the overseas provinces, were considered Portuguese citizens. However, during the process of decolonisation, Statute N.º 308-A/75 of June 24 regulated the preservation and loss of Portuguese nationality for individuals «with residence in overseas territory that have become independent».

In the specific case of East Timor, since this is an overseas territory still under Portuguese administration, those who are native born maintain Portuguese nationality. Exceptions are those that, although having been born there, are not children of a Portuguese mother or father. Therefore, the recognition of Portuguese citizenship for the Timorese, independent of the date of birth, depends on the nationality of the parents (Law N.º 38/81 of October 3) and derives from the political responsibility that Portugal still maintains relative to East Timor, a situation considered in article 293 of the Constitution of the Portuguese Republic.

3. THE TIMORESE IN PORTUGAL

3.1. Migrations Between East Timor and the Continental Portugal Before 1974

Until 1975, the date on which the civil war in East Timor broke out, there was no tradition for migration to Portugal. The few Timorese that went to the Continent were, in the majority, male students whose decision to migrate followed their personal desire to enter a university or any establishment of middle- or advanced-level education.

This is an individual type of migration, led by a literate elite composed of young men with forebears from Portugal, or belonging to the social classes with a high status locally, who sought to fulfil their professional objectives.

Although almost none of them returned to the territory they came from after finishing their education, the majority chose courses that were more directly connected to the Timorese reality such as Agronomy, Nursing and Agricultural Administration. At the beginning of the 1970's, enrolment in courses of a more diverse nature was noted, such as Economy and Primary Teaching.

The establishment of Portuguese from the Continent in that colony since the middle of the present century has also been invested with some specificity. Contrary to what was seen with the other overseas possessions, specifically Angola and Mozambique, this never was a destination chosen by them. The few that established themselves there were motivated by other reasons that were non-economic. In the two decades prior to 1970, they can be grouped into four categories: missionaries, public officials, military and political deportees. With the exception of the missionaries and some of the deportees that made their family there, originating a mestizo population principally in Díli, the military and civil servants were few in number. The length of stay there of these latter was generally short, being transferred especially for service duty.

3.2. The First Waves of the Displaced After 1974

The outbreak of the civil war in East Timor, placing the two principal political factions in opposition, intensified the climate of social instability set loose after Portugal's Carnation Revolution (April 25, 1974), putting the survival of the population in danger.

Confronted with the growing social tension, the inhabitants of various cities and villages felt themselves forced to leave the areas where they lived, beginning a forced exodus. This massive dislocation included more than 500,000 persons (British Coalition for East Timor, 1993).

Two migratory destinations emerged in this phase — Australia and West Timor. They were chosen basically because of their nearness to the homeland. In September of 1975, a group of around 3,000 Timorese left from the port of Dili with Australia as their destination, settling in the city of Darwin. In a later phase, a small number of these Timorese came to Portugal, the majority having chosen to go to other destinations for residence and, in particular, to return to Australia.

Also in 1975, several emigratory outpourings went in the direction of the border with West Timor. The control of the main strategic points in the territory by FRETILIN made flight by sea impossible. The only possibility was going by foot to the city of Atambua in Indonesia, where approximately 45,000 persons gathered. The leadership of this group was assumed by missionaries and Timorese who were former civil servants in the colonial administration. To them fell the control and the management of the daily life in the different camps established in Atambua in the meantime.

At this time, the embryo of one of the Timorese associations established in Portugal emerged, the *Comunidade dos Refugiados de Timor* (Timorese Refugee Community), at the time designated by the *Comité dos Refugiados de Timor* (Timorese Refugee Committee). Made up of a majority of young and adult men, this Committee functioned as a tool for social and political pressure. Through its mediation a network of contacts was unleashed with the idea of the dislocation of the Timorese to Portugal, thereby permitting obtaining support from different international organisations (specifically the Red Cross and the United Nations).

In July, 1976, after staying about a year in Atambua, the first group of Timorese migrants arrived in Lisbon, initiating a migratory flow that is still going on.

3.3. Dynamics and Characteristics of the Migratory Flow from Timor with Portugal as a Destination

In a general way, the coming of the Timorese to Portugal constituted a forced migration that did not correspond, in the majority of instances, to a desire for a long stay. Between 1976 and 1995, about 6,500 Timor natives entered Portugal with more than half of them, approximately 4,500 persons, later choosing emigration to Australia.

For the recent-arrivals in general, the search for protection and support from the administering power followed two specific objectives. The first, of a political nature, corresponded to the need to attract the attention of the national and international authorities to the urgent resolution of the situation of Timor. The second objective, more of a social nature, is interpreted in the temporary stay in Portugal corresponding to the time necessary for getting together the means essential to permit emigration to Australia, the destination favoured by the majority of these migrants.

It is important to highlight, however, the reasons underlying the desire to stay in Portugal for a specific professional class: the civil servants of the Portuguese public administration in Timor who arrived in large numbers at the end of the 1970's. Their taking up residence especially followed their professional interests related to the possibility of attaining an immediate equivalence on the civil service staff, thereby continuing to enjoy the social privileges that they had enjoyed in their homeland and maintain the same level of life.

Making use of their Portuguese nationality, which was legally their right, there was a significant group of Timorese that, taking advantage of the opportunities given by Australia's immigration policy, were able to establish themselves in Australia. Currently, the total number of Timorese living in that country is estimated at around 20,000 persons. They are mainly concentrated in the cities of Sydney, Melbourne, Darwin and Perth.

The choice of this emigratory destination is connected to the level of life that they have there; with the desire for the reassembling of families, an objective that was satisfied due to the implementation of humanitarian programmes by the Australian and Portuguese governments; and, with the tradition of emigration between Timor and Australia, made easier by the geographic closeness between both territories.

To this is added the fact that the Timorese could avail themselves of the possibility of visiting Timor after two years of residence on Australian soil. In fact, once this period was over, they can request Australian nationality or choose double nationality and, as citizens of that country, request a visa for a temporary visit to their homeland.

The successive migratory flows from Timor to Portugal can be grouped for an analysis over time into four periods.

The first period is between July and October 1976, a time during which the largest number of departures from Atambua toward Lisbon was recorded. Official data released by the then Instituto de Apoio ao Retorno de Nacionais/I.A.R.N. (Institute of Support for the Return of Nationals), indicated a total of 1,525 Timorese received in that year at the Portela (Lisbon) airport (Leandro, 1984). This migratory flow was basically composed of nuclear families, sibling groups and small groups united by more distant relationships.

Despite not being a very significant number, the coming of several isolated families, as well as some military members detained until then in Timor, was also noted. These groups bore the costs of their respective voyages, foregoing the support of organisations involved in the process of dislocation and subsequent reception. Included in this first wave of migrants was a group representative of those belonging to the so-called Timorese literate elite, among whom were several civil servants and some leaders of the U.D.T., as well as former *Régulos* connected to the Portuguese colonial administration.

The second period was between 1977 and 1981/82 and corresponds to a phase of restricted emigration on the part of the Indonesian government. For this reason, the arrivals in Portugal were accomplished largely by passing the established mechanisms, the cost of the trips being supported by the interested parties. Seeing that this is a predominantly clandestine type of migration, it is difficult to indicate the number of individuals that entered the country at this time. The majority were of Chinese ancestry, having a favourable economic position relative to the other Timorese.

The third period began in 1982 and extended until 1993. The majority of the Timorese who arrived during this period came under the auspices of a programme specifically for the reassembling of families, proposed by the Portuguese and Australian governments and approved by the Indonesian authorities.

Throughout the 1980's, various family groups arrived annually with an average of 250 persons per year (Pereira, 1996).

The fourth period began in 1993 and still continues today. It corresponds to a new phase of Timorese migration to Portugal. As a follow-up to the events that culminated in the massacre on November 12, 1991 in the cemetery of Santa Cruz in Dili, seven Timorese students asked for

asylum in the Finnish and Swedish embassies in Djakarta in July 1993, later coming to Portugal. From that date, the number of native-born persons from Timor (essentially young, male students between the ages 18 and 30 years) who entered the country in this way has already passed a hundred.

In 1995, the «repatriation» programme was resumed for former civil servants of the Portuguese colonial administration, who had arrived in Portugal accompanied by their families, with an average of eight persons per family group (Pereira, 1996). Comprising a large number of children, aged and sick, there is currently around 100 individuals in this group.

In general, those that want to enter Portugal currently, whether directly from East Timor or from Indonesia, will have to do it by themselves or through the International Red Cross, an organisation recognised by the authorities of both the countries for carrying out the migration process. In order to use the mediation of this organisation, the interested parties will have to make up a request, either directly or through family living in Portugal.

The requests for residence are classified into three categories that contemplate:

- migrants integrated in programmes for reassembling families;
- civil servants that appeal to their right to professional reintegration through the Quadro de Efectivos Interdepartamental (Permanent Interdepartmental Staff) formerly Quadro Geral de Adidos (General Staff of Aides), under Law N.º 1/95 of January 14;
- political refugees (former political prisoners or victims of persecutions and mistreatment by Indonesian authorities).

The majority belong to this last category. Departures with a view toward reuniting a family, or even for reasons of illness, have been made quite difficult by the Indonesian government and many individuals have chosen to leave Timor resorting to their own means in which bribery continues to be a general practice.

3.4. General Characterisation of the Timorese Population Resident in Portugal

The number of persons originally from Timor who settled down in Portugal has remained relatively stable since 1976. In fact, given the continuous flow in the entrance from that territory and of departure with a destination of Australia, the total number of residents has varied between 1,500 and 2,000 individuals.

In 1993 around 2,500 persons of Timorese ancestry lived in Portugal (Tavares, 1993). In February, 1994, the Fundação Austronésia Borja da Costa (F.A.B.C.), one of the Timorese associations with a headquarters in Lisbon, counted 1,510 individuals in a total of 249 families.¹

In terms of geographic distribution, the main residential concentrations of Timorese are in the districts of Lisbon and Setúbal. In Setúbal, the majority have established residence in the Bela Vista quarter. At the beginning of 1994, close to 50 families, with a total of 311 persons, lived in this area.

In Lisbon, the greater part reside in two of its surrounding municipalities: Oeiras, more specifically in the Laveiras quarter, in Caxias, where around 35 families (approximately 200 indi-

¹ There are no data more up-to-date on this subject.

viduals) live, and in Amadora. At the end of 1993, 174 Timorese lived in this municipal area, 116 of whom were in the Freguesia (the smallest governmental unit in Portugal) of Venteira, representing 32 family groups, and 58 in Alfragide, forming close to 15 family groups (Câmara Municipal da Amadora, 1993). According to the F.A.B.C.², in February 1994, the number of Timorese residents in this Freguesia had increased to 90, representing around 18 families.

On the same date, around 150 persons, distributed among 30 families, lived in group housing or pensions along the Cascais Railway Line³. Close to 180 individuals, making up 35 families, lived along the Sintra Railway Line. Under the same protocol, an estimated 20 families and a total of 100 Timorese were spread through other locations in the district of Lisbon.

Around 35% of the Timorese questioned in the study «*Minorias Étnicas Pobres em Lisboa*» (*Poor Ethnic Minorities in Lisbon*) were between 0 and 14 years, close to 50% were in the 15-39 years age group, around 20% had between 40 and 64 years and only 5% were more than 64 years of age (Costa, *et.al.*, 1991).⁴ This is an essentially young population with a considerable percentage of persons in the active age group.

Relative to the marital status of the individuals more than 15 years old, around 50% are single, with most of them being male, and close to 40% are married.

The large and extended type of family is quite significant among this population. There are also several instances of individuals without family relationship ties that share the same housing.

Relative to the formal education of the Timorese, and in accordance with the Base de Dados EntreCulturas (*Intercultural Data Base*), at the beginning of the 1995/96 school year there were 216 students in the various establishments of basic education in the country. Among these, 90 attended the 1st cycle in 46 schools, 46 attended the 2nd cycle in 27 schools and 80 were students in the 3rd cycle spread through 23 schools. In secondary education, there was a total of 57 Timorese students spread through 16 schools.

Lisbon and Setúbal are the districts where the number of students is highest at the level of required schooling. This is explained by the fact that the individuals belonging to this ethnic group are principally concentrated in these two geographic areas. In the district of Lisbon in 1995/96 there were 76 students enrolled in the 1st cycle, 34 in the 2nd, 38 in the 3rd and 31 in secondary education.

In this same school year, there were 71 young Timorese living in Setúbal enrolled in basic education; 16 attended secondary education.

Access to higher education by Timorese individuals is regulated by Law N.º 63/91 of August 13. Since the 1991/92 school year, entry of the Timorese into Portuguese universities above the quota normally accepted has been facilitated, as long as they have an average of 10 (out of a possible 20) upon finishing the 12th year (the last year of secondary school).

There are agreements between the Cultural Centre of Timor, a Timorese cultural association, and several public and private universities in the country that consider exemption from school fees and assistance in the acquisition of school material in the neediest cases. Each year, the Portuguese Catholic University reserves two vacancies for Timorese in each of the courses that it offers.

The numbers released about the scholastic achievement by the Timorese reveal that the members of this group, in comparison to the bulk of the individuals belonging to other ethnic groups, are able to attain a higher academic level (Costa, *et. al.*, 1991; SCOPREM, 1993; 1996). In 1994/95 a rate of approval of 89% was recorded in the 1st cycle, 95.2% in the 2nd cycle, 84% in the 3rd cycle and 77.1% in secondary education (SCOPREM, 1996).

² The numbers presented from this source refer only to individuals and families living in rented housing. However, this is not the situation in which all Timorese are found.

³ This geographic demarcation is reported by the source consulted (F.A.B.C.) in the terms presented, not allowing determination of the municipal areas to which the data refer.

⁴ Despite alluding to a representative sample and refraining from ethnic minorities living in quarters with physically and socially degraded housing, the results of this study comprise the most up-to-date information about the demographic structure of the Timorese living in the Lisbon Metropolitan Area. There are no data available about other regions of the country.

Relative to the work situation of the Timorese in Portugal, the majority pursue a professional activity, with the level of unemployment being less than 10%. Almost all of them work for someone else, performing functions in the service sector and in the transformation industry.

It is estimated that 50% of the women work in the service sector, followed by commercial activities and the hotel and restaurant sector. Around 12% of the Timorese women are unemployed and close to 5% are students. There are a considerable number of women that do not perform any professional activity, mainly those belonging to the first generation of migrants.

Approximately 30% of the men are included in the service sector, being equal to the group that work in the transformation industry.

Housing is one of the main problems faced by a large percentage of the individuals belonging to the different ethnic groups in Portugal. This results in serious situations of socio-spatial segregation. This also makes up one of the difficulties to which the Timorese have been subject for more than a decade. However, their situation in this area has been undergoing positive changes for a few years.

Currently, around 95% of the individuals and families from East Timor live in rental housing in areas of classic rehousing. These are areas occupied mostly by economically deprived populations, coming from shanty towns or from another type of deteriorated housing, where the presence of ethnic minorities is low (Costa, *et.al.*, 1991).

Upon arrival, the Timorese are currently placed in collective housing (pensions) financed by the Centro Regional de Segurança Social de Lisboa e Vale do Tejo (Regional Centre for Social Security for Lisbon and the Tagus Valley). This organisation guarantees subsistence during the first twelve months of stay (in accordance with Resolution of the Council of Ministers N.º 28/96). When this period ends, and in the event there is housing at an affordable rent available, the Centre takes the responsibility for their rehousing, providing them with a subsidy for integration.

3.4.1. Some Determining Factors in the Process of Social Integration

In the case of the Timorese who arrived in Portugal as adults during the 70's and the 80's, the socio-professional status reached in their homeland, resulting especially from the level of schooling attained, constituted the main determining factor in the process of integration into Portuguese society.

For the group of individuals without any schooling and without professional qualifications, the difficulties in understanding and speaking the Portuguese language, as well as the weak identification with the dominant patterns of the culture were interpreted as obstacles to the development of social relationships outside the group, primarily during the early part of the stay. The network of social contacts very often remained limited to the group itself or to the nuclear family.

The original dialects, mainly Tétum, functioned as the main means of communication. Among the elderly, only a few speak Portuguese, specifically male individuals that attended school in Timor and performed functions in the public service under the control of the Portuguese state.

For the adult women who migrated, the cultural shock was stronger. Considering the social roles performed in their home society, many felt divided between the need for opening a new socio-cultural reality, leading to the subsequent adoption of ways of life different from those to which they were used to, and resistance to contacts with the outside. The majority saw them-

selves required to perform a professional activity that helped to support their domestic responsibilities. The lack of scholastic and professional education linked to the difficulty of speaking in Portuguese created barriers to their social integration.

The Timorese who arrived in Portugal as adolescents or young adults during the periode in question were generally able to adapt more easily to the way of life of the new society. A large part of their process of socialisation took place far from the original context, which resulted in a weak identification with the parents' patterns of culture. Portuguese became, in the majority of cases, their mother tongue and the Portuguese models of culture ended up shaping their respective behaviour and attitudes.

The position of these generations of Timorese can be interpreted through this statement: «(...) In Portugal (...) I like everything because I live here...I grew up more here than there. I am more Portuguese than...well, I am always Portuguese, but I am more Portuguese than Timorese(...)» (Viegas, V. II, 1990, p.206).

For many of them, Timor constitutes an imaginary location, constructed based on a reference model transmitted by the older family members.

The Timorese who entered Portugal more recently (during the 90's), brought with them many influences of the Indonesian culture. For the recent arrivals, the greater or lesser cultural and social contrast felt when confronting Portuguese society derives from the manner in which they assimilated the influences of the culture currently dominant in their homeland. The life experiences, the persecution and torture of which they were a target and the climate of oppression in which they grew up, made them develop what they call «culture of resistance», from which a feeling of suspicion and of being closed to the outside results.

The majority were required to leave their homeland for reasons of security, abandoning their closest family members and relinquishing their possessions, their jobs or their studies. In the new country of residence, of which they developed a somewhat idyllic image, the lack of knowledge or the insufficient mastery of the language and of the Portuguese cultural patterns has been manifested as difficulties in social integration. The psychological problems deriving from their cultural uprooting and the fact of arriving deprived of any means of support increases their dependence on the receiving society, and reinforces their isolation.

In the particular case of the Timorese population resident in our country, the deficiency in the programmes that allow reducing their difficulties in fitting into society, especially the creation of infrastructures for support upon arrival and, most importantly, the implementation of specific policies that promote their native cultures and that ease social integration, has been a reality.

However, the development, the proliferation and the assertion of specific initiatives has been seen, whether by different non-governmental organisations (NGO) or at the level of official organisations, in order to overcome this situation.

On November 23, 1995, the Comissão Interministerial para o Acolhimento e Inserção da Comunidade Timorense (Interministerial Commission for the Reception and Integration of the Timorese Community) was created under the auspices of the Ministério da Solidariedade e Segurança Social (Minister for Solidarity and Social Security). This Commission emerged following a proposal for revision of the reception policy for this population effected by several Portuguese NGO's. During the three months it was in operation, it succeeded in fostering some improvements, specifically at the level of reception, housing, medical assistance and bringing the situation of the young recent arrivals into order.

At the same time, actions of a diverse nature were fostered by non-governmental institutions. The *November 12th Association*, for example, organised several vocational training courses. The *Centro para a Cidadania Timorese (Centre for the Timorese Citizenship)*, in a joint project with the *Comissão para os Direitos do Povo Maubere (Commission for the Rights of the Maubere People)* and with the *Centro de Informação e Documentação Amílcar Cabral (Amílcar Cabral Centre for Information and Documentation)*, developed support activities in the field of health (in conjunction with the Ministry of Health), as well as the holding of Portuguese language courses for the recent arrivals, deserving the support of the Ministry of Education.

On May 14, 1996, the *Comissão Permanente para o Acolhimento e Inserção Social da Comunidade Timorese (Permanent Commission for the Reception and Social Integration of the Timorese Community)* was created. The Ministry for Solidarity and Social Security presided over it and several other ministries had a seat on it. The creation of this Commission is intended to respond to the needs for development and co-ordination of programmes among several Ministries and non-governmental organisations with a view toward promotion of the conditions for integration of the Timorese population resident in Portugal.

In practice, the general absence or scarcity of these types of support has resulted in the Timorese seeking to develop their own internal mechanisms in order to deal with the needs confronted, similar to what has been seen with other ethnic groups. Use of associations, thus, became one of the main resources adopted seeking to decrease problems of a material and psychological aspect originating from a situation of social and cultural uprooting.

3.5. Associative and Cultural Activities

Since the arrival in Portugal of the first group of Timorese who fled Timor in 1975, several associations of a social and cultural nature have been institutionally formalised and others, in the meantime, have disappeared.

We highlight two of these associations, considering their representation within the Timorese population and the expanded scope of their respective actions.

a) *The Comunidade dos Refugiados de Timor (C.R.T.)*

The C.R.T. (*Timorese Refugee Community*) originated from a Committee (*Timorese Refugee Committee*) that was created in Atambua by the Timorese that sought refuge there in 1975. It aimed, at the time, to guarantee the co-ordination of the different camps where these had been housed and to guarantee the defence of their joint interests. The action of this Committee consisted, essentially, in the provision of direct assistance to that population through the distribution of articles to meet immediate needs coming from different humanitarian organisations with headquarters in Macau, Brazil and Australia. In July 1976, its group of founders came to Portugal, thereby favouring the continuity, in the new context of reception, of its activities and actions developed up till then.

In 1977, the formalisation of the relationships between this association and various Portuguese organisations (public and private) for support of the Timorese population, caused it to be restructured. With the new name of *Comissão dos Refugiados de Timor*, its main mission consisted of supporting the professional integration of the civil servants of the public administration who were native to East Timor.

In 1979, the C.R.T. assumed the responsibility for receiving and helping the recently arrived Timorese, seeing that the official social assistance programmes had come to an end. It then started providing direct assistance to the Timorese population, whether to the recent arrivals or also to those already established. The financing organisations of this support were the Santa Casa da Misericórdia in Lisbon and the Instituto da Família e Acção Social.

In July 1981, this organisation was renamed the *Comunidade dos Refugiados de Timor*. This is the first Timorese association with a social, cultural and recreational character made official in Portugal. With the status of a Private Institution for Social Solidarity, the C.R.T. has as general objectives to support the social integration of all the members of this population and to preserve the cultural identity of the people of Timor.

The C.R.T. has the legal capability that gives it the right to perform the recognition of nativity (Timorese) and nationality (Portuguese) of the recently arrived, as well as the authentication of various personal documents. Such formalities are necessary conditions for access to specific benefits, particularly to social assistance and to the special emigration programmes.

b) The *Fundação Austronésia Borja da Costa (F.A.B.C.)*

The F.A.B.C. owes its name to Francisco Borja da Costa, a Timorese who was killed on December 7, 1975 by Indonesian troops. Borja da Costa distinguished himself in the study and in the art of cultivating the classic forms of oration and poetry in Tétum, having contributed to the transcription of Timorese oral literature.

This association, formalised in March 1986, says it is not linked to a party and has a predominantly cultural aspect.

With the objective of promoting the collection, study, preservation and dissemination of the Timorese cultural heritage, two works were published that include several songs and legends of Timor, «*Cantolenda Maubere*» and «*Tebe-Colectânea de Canções Populares de Timor-Leste*», in addition to three issues of the magazine «*Coral*», one of them in English.

In the area of social support, the F.A.B.C. has for several years included a programme of assistance to orphans, unaccompanied minors, children of single mothers and children of needy families, aiming at the reception and the guiding of these persons, as well as the distribution of subsidies coming from international organisations.

Relative to the support of young Timorese students, the F.A.B.C. has been actively involved in the process of granting study scholarships by the Calouste Gulbenkian Foundation, providing individualised support to the scholarship recipients.

Also because of their importance at the cultural and artistic level, we highlight two Timorese song and dance groups:

a) The group «*Taci Feto Taci Mane*»

Founded in May 1988 by individuals connected to the *Comunidade dos Refugiados de Timor*, its name comes from the joining of two designations: «*Taci Feto*», which means «*woman sea*», the sea that bathes the north coast of Timor (calm sea) and «*Taci Mane*», which means «*man sea*», the sea that bathes the south coast (the rough sea), representing all of East Timor.

Made up of thirty persons of both sexes and of various ages, this group has a main objective of cultivating and disseminating the songs, dances and culture of Timor. It has participated in several benefit festivals, meetings for sensitisation about the political question of East Timor and in national and international folk festivals.

b) The group «Kdadalak»

«Kdadalak», a word in Tétum that means «*stream*», is a group made up of about twenty-five persons that seek to reconstitute and disseminate the songs and dances of East Timor. It was founded in 1989.

The assembling of the traditional music and dances is generally done with the older Timorese who are invited to join and advise the group, comprising a permanent source of inspiration and improvement. From its large repertory not only are the expressions of traditional Timorese culture known, but also songs and dances that seek to inform about the socio-political situation that exists in East Timor.

Directed at taking their message to a diverse public, its performances have taken place not only in Portugal, but also in several European countries.

In 1990, the group expanded its scope of activities and created the «*Kdadalak-Teatro*». Its first play, «*Beileira*», is the dramatisation of some Timorese legends and suggests an interesting journey through the imagination of this people with a stage setting in which mysticism, drama and heroism are combined.

Le Timor Oriental



LUTE

Oiseau sans espace

Fleuve sans lit

Arbre sans forêt

Mais je ne renonce pas !

Fernando Sylvan
Enterrem Meu Coração no Ramelau, 1982

SOMMAIRE

	Page
1. LE TIMOR ORIENTAL: TERRITOIRE, PEUPLE ET CULTURE	69
1.1. Situation Géographique	69
1.2. Ressources Naturelles et Principales Activités Économiques	70
1.3. Le Passé Historique	71
1.4. Organisation Politique et Administrative du Territoire	72
1.5. Caractéristiques Sociodémographiques	72
1.6. Aspects Socioculturels	74
2. LA SITUATION POLITIQUE ET SOCIALE	77
2.1. La Décolonisation et la Formation des Partis Politiques Timorais	77
2.2. La Guerre Civile et l'Invasion Indonésienne	77
2.3. Le Timor Oriental et les Timorais dans la Sphère Juridique Portugaise	78
3. LES TIMORAIS AU PORTUGAL	81
3.1. Migrations Entre le Timor Oriental et la Métropole Avant 1974	81
3.2. Les Premières Vagues de Migrants Après 1974	81
3.3. Dynamique et Caractéristiques des Flux Migratoires de Timor Vers le Portugal	82
3.4. Caractérisation Générale de la Population Timoraise Résidente au Portugal	84
3.4.1. Quelques Facteurs Déterminants Dans le Processus d'Insertion Sociale	86
3.5. Activités Associatives et Culturelles	88
BIBLIOGRAPHIE	91
INFORMATIONS UTILES	92

1. LE TIMOR ORIENTAL: TERRITOIRE, PEUPLE ET CULTURE

1.1. Situation Géographique

Le mot Timor vient de la langue malaise et signifie Est ou Orient.

L'île de Timor est située à l'extrémité ouest de l'archipel de Nusantara (Indonésie), à environ neuf degrés de latitude sud. Elle a la forme d'une ellipse et occupe une superficie d'environ 30.000 km² (vd. carte n.º 1).

Sur le plan administratif, la moitié ouest du territoire, à l'exception de l'enclave d'Oecussi, fait partie intégrante de la République d'Indonésie. L'espace géographique qui, du point de vue juridique, est toujours sous administration portugaise couvre environ 18.889 km² et correspond

Carte n.º 1

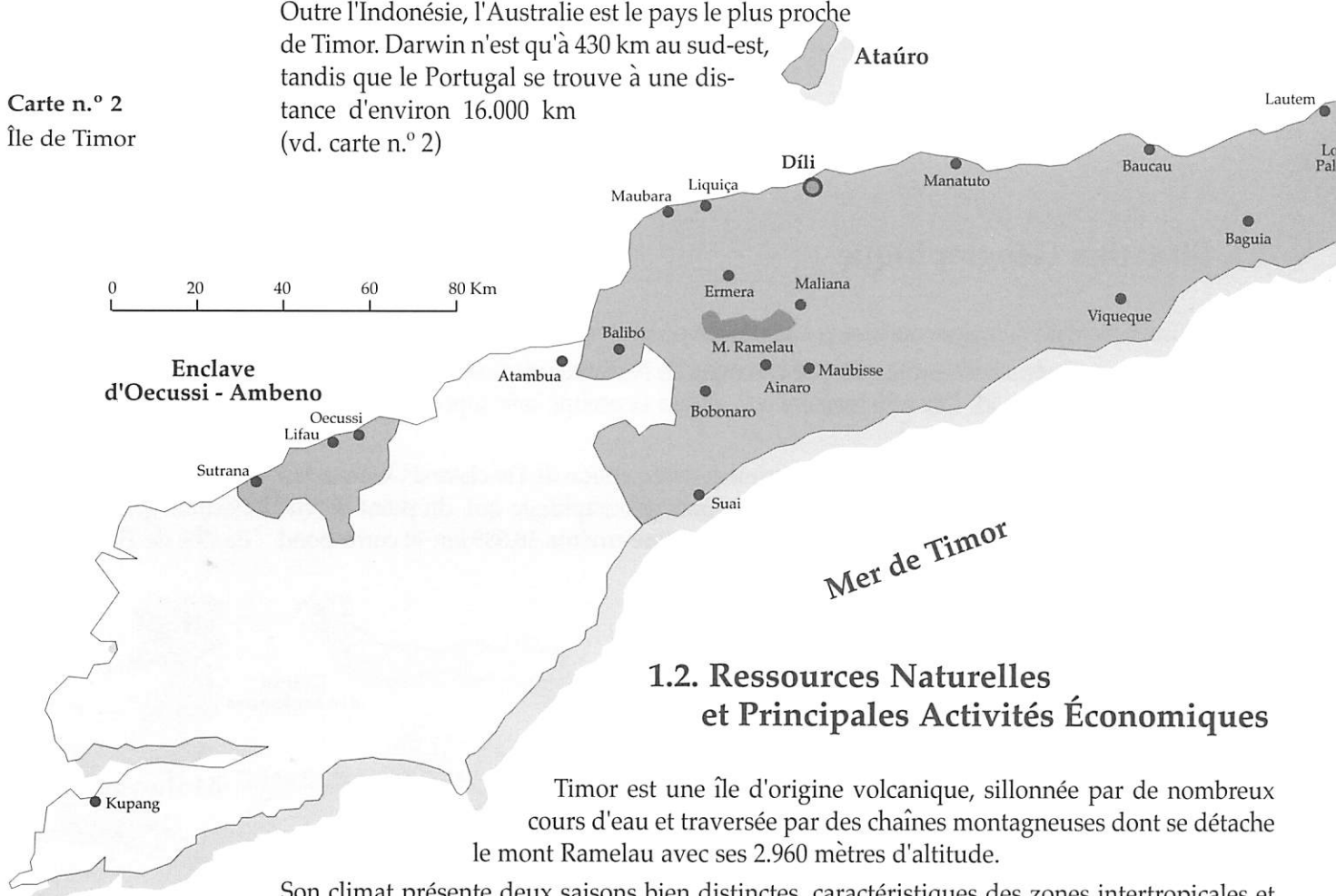
Position géographique de l'île de Timor



à la partie est de l'île. Cet espace comprend également l'enclave d'Oecussi, au nord-ouest, de 850 km²; l'île d'Ataúro, face à la côte septentrionale, de 144 km² ; et la petite île inhabitée de Jaco, à la pointe est, de 5 km².

Outre l'Indonésie, l'Australie est le pays le plus proche de Timor. Darwin n'est qu'à 430 km au sud-est, tandis que le Portugal se trouve à une distance d'environ 16.000 km (vd. carte n.º 2)

Carte n.º 2
Île de Timor



1.2. Ressources Naturelles et Principales Activités Économiques

Timor est une île d'origine volcanique, sillonnée par de nombreux cours d'eau et traversée par des chaînes montagneuses dont se détache le mont Ramelau avec ses 2.960 mètres d'altitude.

Son climat présente deux saisons bien distinctes, caractéristiques des zones intertropicales et du régime des moussons: le semestre chaud, avec des pluies abondantes qui durent à peu près de décembre à avril, et le semestre froid qui se prolonge de mai à novembre.

Les caractéristiques physiques, ainsi que l'isolement géographique du territoire ont toujours constitué, d'une manière générale, des facteurs défavorables à son développement économique.

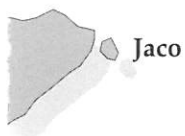
Pendant la période coloniale, le café représentait environ 80% des exportations et était essentiellement produit par des Portugais venus de la Métropole, propriétaires de la majeure partie des plantations, et par une entreprise appartenant à l'État portugais. Ce produit était pour ainsi dire la seule source de devises autour de laquelle a été fondée la *Sociedade Agrícola Pátria e Trabalho*, la plus grande entreprise implantée dans cette Province. Outre le café, le copra et le caoutchouc, on y cultivait également pour la consommation interne du maïs, du riz, des haricots, des patates douces, du manioc et des arachides, denrées qui étaient en général suffisantes pour répondre aux besoins locaux.

Bien que son sous-sol soit très riche en gisements de cuivre, or, manganèse et pétrole, l'économie de Timor a toujours reposé sur l'agriculture et l'élevage.

- Territoire sous Administration Portugaise
- Territoire Indonésien
- Capitale du Timor Oriental
- Localité

Jusqu'à la moitié des années 70, l'industrie était assez rudimentaire. Hormis la manufacture du tabac, la fabrication de savon et d'huile de coco, le sciage du bois, la distillation d'alcool et la fabrication de tuiles et de briques, la population était extrêmement dépendante des produits importés (Azevedo, 1992).

La prospection minière se limitait à l'exploitation du pétrole, assurée essentiellement par quatre compagnies pétrolières, toutes établies en Australie.



Le commerce se faisait surtout avec les pays voisins et non avec le Portugal, en raison de la distance géographique entre les deux territoires. L'activité commerciale était détenue par la communauté chinoise, qui assurait également les négociations avec l'extérieur.

Le relief accidenté de l'île, allié au régime torrentiel des rivières et aux inondations périodiques des plaines, a toujours constitué une entrave à la construction et au maintien d'un réseau routier permanent qui permit la libre circulation. Ce fait, qui a contribué à l'isolement des populations, est également révélateur de l'état de sous-développement dans lequel elles vivaient.

Dans le secteur des transports maritimes, et jusqu'à 1974, il n'y avait que le port de Díli, construit après 1964 et seul point du territoire qui recevait la navigation de haut bord.

A Baucau, le deuxième centre urbain le plus développé sur le plan économique, l'aéroport international assurait des liaisons bihebdomadaires avec Darwin, en Australie et avec Bali et Kupang, en Indonésie. Les aérodromes de Díli, Maliana, Suái et Viqueque étaient également desservis par des lignes aériennes régulières.

1.3. Le Passé Historique

Quand les navigateurs portugais arrivèrent sur la petite île de Timor, entre 1512 et 1520, quelques marchands asiatiques d'origine chinoise, javanaise, malaise et makassar y faisaient déjà escale à la recherche du précieux santal.

Vers la moitié du XVI^e siècle, l'occupation portugaise commença, marquée par l'arrivée des missionnaires dominicains et des commerçants.

Au XVIII^e siècle, les Hollandais dominèrent tout le royaume du Servian (partie ouest de l'île de Timor), à l'exception de l'enclave d'Oecussi, qui avait choisi la protection de la Couronne portugaise. Dans le but d'annexer le royaume voisin de Belos (correspondant au actuel Timor Oriental), les Hollandais réussirent à accroître la tension latente entre les populations des deux royaumes, mettant en cause la souveraineté portugaise dans la partie orientale de l'île.

Ce n'est qu'en 1702 que le Portugal assume l'administration officielle de Timor oriental, ayant nommé un Gouverneur sous la juridiction du Vice-Roi des Indes, en établissant la première capitale à Lifau, Oecussi.

En 1769, craignant une attaque hollandaise, le Gouverneur de l'époque, Teles de Mascarenhas, transféra la capitale de Lifau à Díli, dans la province de Belos.

Au XIX^e siècle (1859), les Portugais signèrent un contrat avec la Hollande, par lequel ils s'engagèrent à renoncer à leurs prétentions sur les îles de Solor et de Flores, en échange de l'enclave de Maubara et de deux cent mille florins. A la même époque, fut établie la séparation entre le Timor Occidental et le Timor Oriental. Les frontières furent renégociées par la suite dans le cadre du Traité Luso-Hollandais de 1904, dont la ratification a été homologuée par sentence arbitrale suisse en juin 1914, consacrant ainsi la division du territoire de Timor (Moreira, 1977).

Après la révolte de 1910 contre le Gouvernement portugais, commandée par l'un des *Liurais*, autorité maximale de l'organisation sociale de Timor, le territoire connut une paix relative jusqu'à la Seconde Guerre Mondiale. Bien que les Portugais eussent repris le pouvoir et que le nombre d'administrateurs eût augmenté, seulement 200 civils et 300 militaires originaires de la Métropole résidaient à Timor en 1928, dont la plupart étaient des déportés politiques du régime salazariste, chargés d'une grande partie de la gestion administrative de la Colonie.

Durant la Seconde Guerre Mondiale, plus exactement entre 1942 et 1945, Timor fut une fois de plus la scène d'une lutte sanglante, cette fois entre les Japonais et les alliés australiens et hollandais, qui se solda par des milliers de morts, dont celle du souverain D. Aleixo Cortes-Real, défenseur héroïque du peuple de Timor et sa figure charismatique.

En 1949, la moitié de l'île de Timor appartenant à la Hollande est annexée à la jeune République d'Indonésie.

1.4. Organisation Politique et Administrative du Territoire

Quand les Portugais arrivèrent à Timor, l'île était divisée en plusieurs royaumes, plus ou moins indépendants entre eux.

Leur organisation politique était néanmoins assez semblable. Chaque royaume était divisé en *Sucus*, désignation correspondant à la division administrative du district, à leur tour subdivisés en villages appelés *Leo* ou *Knua*.

Chaque royaume était gouverné par un *Liurai*, qui avait le droit de vie ou de mort et que les Portugais appelaient «Premier Roi» ou *Régulo*. Sous l'autorité directe des *Liurais* il y avait les *Datos* ou *Chefs de Suco*, qui occupaient une position intermédiaire entre les premiers et les *Catuas*, chefs des villages et représentants directs de l'autorité auprès du peuple.

Les *Catuas* étaient considérés comme détenteurs d'une grande sagesse et jouaient un rôle important dans la hiérarchie sociale de Timor, où ils étaient désignés par "Maîtres de la Parole" ou *Lia Na 'In*.

L'établissement des Portugais à Timor entraîna une diminution du pouvoir des *Liurais*, qui cessèrent d'exercer l'autorité absolue, désormais détenue exclusivement par le Gouvernement et les militaires portugais, qui accordèrent cependant «(...) une grande liberté, et même force et soutien, aux chefs traditionnels (...) à condition que leurs directives fussent respectées (...)» (Pires, 1991, p. 23).

Sur le plan juridique, le Statut Politique et Administratif de la Province de Timor fut réglementé en 1963. En 1972, le texte qui le régissait fut modifié et un nouveau Statut Politique et Administratif de Timor entra en vigueur le 1er janvier 1973.

1.5. Caractéristiques Sociodémographiques

D'après le Recensement Général de la Population, il y avait 609.477 habitants au Timor Oriental en 1970 (Moreira, 1977). Le canton le plus peuplé était Baucau, avec 83.810 habitants, suivi de Bobonaro (72.641 habitants), Ermera (66.150 habitants) et Díli (65.451 habitants) (Azevedo, 1992).

Les chiffres de 1975, indiquent une population de 650.000/670.000 habitants (Moreira, 1977).

Jusqu'à l'invasion du territoire par les troupes indonésiennes, le 7 décembre 1975, la majeure partie de la population résidente était née à Timor et d'ascendance autochtone. Il y avait égale-

ment quelques milliers de personnes d'ascendance chinoise (environ 12.000, dont 3.000 avaient gardé leur nationalité d'origine), européenne (environ 5.000 Portugais blancs) et mixte (Pires, 1991).

Selon la tradition, l'organisation familiale à Timor suit un modèle patriarcal, de descendance patrilinéaire.

La célébration des mariages obéit normalement à un contrat résiliable par les deux parties, la polygamie étant libre. Le mariage, que l'on appelle *barlaque*, se traduit par une pratique qui consiste en un échange d'offrandes entre les familles des mariés, comprenant non seulement plusieurs têtes de bétail mais aussi des objets en or et des tissus traditionnels ou *tais*.

La division sexuelle du travail entre les différents membres de la famille est bien délimitée, chacun ayant des fonctions et des rôles distincts.

Le travail rural qui exige un plus grand effort physique est réservé aux hommes, ainsi que la construction de la maison, l'abattage des gros arbres et la chasse. Les deux membres du couple travaillent au potager, même si certaines tâches sont réservées à la femme comme l'émondage du maïs et les semis, l'aide à la transplantation des plantes et les récoltes.

La femme joue un rôle très actif au sein des sociétés traditionnelles de Timor. Outre les travaux des champs qui lui sont destinés, sa présence au foyer, dans les rituels et même à certains moments de la construction de l'habitation est considérée indispensable. Dans les tâches ménagères elle est en général aidée par ses filles, surtout quand celles-ci arrivent à l'âge de dix ou onze ans. L'adoption de filles et de garçons, choisis parmi les neveux et autres parents proches, constitue une pratique acceptée et courante.

En ce qui concerne le système éducatif, la mise en place de l'enseignement à Timor et son développement par le Gouvernement portugais ont commencé tard.

Les contenus des programmes scolaires obéissaient à des orientations et à des modèles identiques à ceux préétablis pour la Métropole et les autres provinces d'outre-mer.

En 1950, environ 90% de la population était analphabète (Moreira, 1977).

Avant les années 60, la scolarisation ne concernait pratiquement que les jeunes du sexe masculin, en particulier ceux qui vivaient dans les principaux centres urbains ou dans des zones où étaient implantées les écoles des missions catholiques.

La poursuite des études au-delà de l'enseignement primaire se faisait par l'entrée dans les séminaires catholiques, où les étudiants pouvaient opter pour la carrière ecclésiastique.

En 1961 fut signé un texte de loi qui permettait à un plus grand nombre de jeunes, dispersés dans les villages de l'intérieur du territoire, d'être scolarisés. A cette époque furent créées différentes antennes scolaires à la charge des Commissions Municipales.

En 1964 furent mis en place les premiers cours d'instruction primaire pour adultes, d'abord à Dili puis, progressivement, dans tous les chefs-lieux de canton ou de circonscription.

En octobre 1966 fut institué l'enseignement technique professionnel.

La poursuite des études aux niveaux moyen et supérieur était assurée aux étudiants par l'octroi de bourses en Métropole ou dans une autre province d'outre-mer, délivrées par le Ministère de l'Outre-mer de l'époque, par la Fondation Calouste Gulbenkian et par la Mairie de Dili.

Malgré l'effort d'alphabétisation amorcé à la fin des années 60, la grande majorité de la population de Timor était encore analphabète en 1974 et ne connaissait pas la langue portugaise.

A la fin de 1974, le nombre de personnes nées à Timor titulaires de diplômes universitaires était inférieur à dix (Moreira, 1977).

1.6. Aspects Socioculturels

Au long des siècles et jusqu'à l'occupation indonésienne, la population du Timor Oriental était divisée en plusieurs ethnies ou groupes ethnolinguistiques, dont la plupart possédaient des dialectes et des formes de culture particulières. L'isolement entre certains groupes ethniques qui habitaient des régions voisines était très fort, ce qui entraînait une méconnaissance mutuelle de certaines pratiques culturelles, voire du langage utilisé dans chaque groupe.

Malgré les éléments culturels, sociaux et biologiques d'origine qu'ils maintenaient et qui les distinguaient entre eux, certains de ces groupes possédaient en commun quelques traits culturels, fruit du phénomène d'acculturation et de brassage (Guterres, 1994).

Les Timorais parlent au moins deux langues, apprises et pratiquées dans des contextes distincts. La première, la langue maternelle, est celle qui appartient au groupe ethnique au sein duquel ils ont passé la majeure partie de leur enfance et de leur adolescence; la seconde est en général apprise plus tard, quand les contacts interpersonnels dépassent les relations primaires maintenues avec le groupe d'origine (Lameiras-Campagnolo; Campagnolo, 1991).

Le *tétum* est non seulement la langue maternelle de quelques groupes timorais, mais aussi la «*língua franca*», apprise durant l'adolescence ou à l'âge adulte. C'est à travers cette langue, utilisée en commun par plusieurs ethnies, que fut établi l'enseignement de la lecture et de l'écriture par les missionnaires, puis par l'administration portugaise, après l'implantation de la République.

Les seules exceptions à son emploi presque généralisé sont le créole de Bidau (ou portugais de Bidau, dans les environs de Díli) et le portugais, adopté dans les milieux urbains où la présence des Portugais était plus importante et connu de quelques chefs locaux.

Jusqu'à l'arrivée des Portugais, la plupart des habitants de Timor étaient animistes, c'est-à-dire qu'ils croyaient en la vie après la mort, et que les âmes continueraient à vivre sur la terre ou dans les montagnes sacrées, incarnées par des animaux et des objets maléfiques, ces malédictions étant écartées au cours des cérémonies de sacrifices. L'existence d'une divinité suprême était néanmoins reconnue: *Maromak*, qui signifie Dieu en *tétum*.

Les cérémonies rituelles s'adressaient, en particulier, aux ancêtres et aux *Lulik*, objets naturels ou artificiels considérés porteurs de pouvoirs surnaturels et qui, en général, étaient conservés dans des lieux sacrés, les *Uma Lulik*.

Le Timor Oriental n'avait ni temples ni idoles. Il n'y avait que des représentations symboliques des esprits des ancêtres. Le culte consistait en des sacrifices appelés *Estilos* et *Grandes Estilos*, selon l'importance de la cérémonie, qui culminaient, bien souvent, par un banquet où était consommée la chair de la victime (dans les *Grandes Estilos* c'étaient des buffles ou des porcs).

Durant la seconde moitié du XVI^e siècle, avec l'introduction du Christianisme, certaines pratiques traditionnelles de culte furent supprimées ou devinrent symboliques.

A l'heure actuelle, la plupart des Timorais pratiquent la religion catholique, malgré l'influence croissante de l'islamisme, fruit de la présence indonésienne sur le territoire.

La culture de Timor est également riche en légendes. Les thèmes légendaires se rapportent à des faits historiques ou à des événements marquants de la vie quotidienne des populations, tels que les contrats matrimoniaux, la constitution de la famille, les origines d'un village, et les pactes conclus entre les différents groupes ethniques.

Les expressions culturelles et les productions artistiques de Timor sont multiples et variées. La culture de Timor ne s'encadre pas dans un modèle unique et homogène. La particularité des

différents groupes ethniques installés dans les diverses régions du territoire a donné lieu à la création de patrimoines culturels distincts.

Les peuples de Timor sont des héritiers de la culture austronésienne, à laquelle sont venus s'ajouter des éléments d'origine chinoise, javanaise et malaise, outre une forte influence de caractéristiques culturelles portugaises, surtout notoires en ce qui concerne la langue, la religion et l'art.

Quant aux formes de production artistique de Timor, citons tout d'abord la littérature.

Bien que la littérature traditionnelle soit essentiellement orale, il faut souligner le travail réalisé par les missionnaires, les anthropologues et autres chercheurs, qui a donné lieu à des publications ponctuelles, périodiques ou sous forme de recueils.

La production écrite locale en langue portugaise est pratiquement inexistante, certaines oeuvres littéraires étant cependant d'inspiration timoraise, comme celles de Ruy Cinatti et Alberto Osório de Castro.

Dans les domaines de la musique et de la danse, la différence est nette entre les productions populaires, de nature locale et plus traditionnelle, et celles qui sont associées aux classes sociales les plus aisées, où apparaissent des éléments d'origine malaise, javanaise et portugaise.

Les danses traditionnelles de Timor sont en général chantées par un chœur alterné d'hommes et de femmes, qui porte le nom de *Tebe*. D'autres formes de danse sont le *Tebedai*, qui consiste en des mouvements de groupe rythmés par des tambours et le *Loro Sa'e*, danse guerrière qui célèbre une victoire.

La musique et la danse occupent une place importante dans les pratiques sociales quotidiennes de Timor, des célébrations festives à caractère ludique, aux cérémonies rituelles, nuptiales et funèbres, ou au travail.

Citons également les traditionnels combats de coqs, divertissement très apprécié et pratiqué par les Timorais et où les paris atteignent parfois des sommes très élevées (Oliveira, 1971).

Dans le domaine de l'orfèvrerie, ce sont les ouvrages en argent décorés de filigranes qui prédominent. Les Timorais fabriquent des parures et travaillent des pièces de monnaie en or, en cuivre et, surtout, en argent.

A Timor, le tissage consiste à fabriquer des *tais*, tissés sur des métiers en bambou rudimentaires. Ces *tais* sont généralement utilisés dans le vêtement féminin et masculin.

L'architecture est riche et variée. Bien qu'il existe des maisons de différentes formes, selon la région où elles sont construites, sont caractéristiques celles du type quadrangulaire, lesquelles reposent sur des piliers en bois. Les toits reçoivent également des décorations, dont les matériaux sont plus ou moins précieux selon la condition sociale du propriétaire.

2. LA SITUATION POLITIQUE ET SOCIALE

2.1. La Décolonisation et la Formation des Partis Politiques Timorais

Après la chute du régime de Marcelo Caetano, le 25 avril 1974, plusieurs partis politiques ont surgi à Timor pour défendre différentes alternatives quant à l'avenir du territoire. Les plus représentatifs étaient l'Union Démocratique de Timor (U.D.T.), qui prétendait le maintien de la présence portugaise associée à une participation croissante de la population locale dans les différents secteurs de l'administration publique; le Front Révolutionnaire du Timor Oriental Indépendant (FRETILIN), qui défendait l'indépendance totale de Timor, après une brève période de transition; et l'Association Populaire Démocratique de Timor (APODETI), qui revendiquait l'intégration dans l'Indonésie (Moreira, 1977).

D'autres partis furent également constitués en 1974, mais sans grande influence dans la vie politique de Timor. Ce fut le cas de l'Association Populaire Monarchique de Timor (K.O.T.A.), parti traditionnel qui défendait le maintien du pouvoir des Roitelets ou *Liurais* comme chefs dirigeants du territoire, et du Parti Travailleuse (P.T.).

2.2. La Guerre Civile et L'invasion Indonésienne

Le 11 août 1975, l'U.D.T. occupa d'importantes installations dans les villes de Díli et de Baucau, en exigeant des autorités portugaises l'indépendance immédiate et l'arrestation des leaders du FRETILIN. Cet ultimatum fut rejeté par le Gouvernement portugais qui invita les deux partis à engager des conversations. Deux jours après, plusieurs affrontements eurent lieu dans la capitale de Timor entre les deux factions, déclenchant une guerre civile qui allait faire de nombreuses victimes.

Durant les conflits, l'U.D.T. réussit à prendre le contrôle des principaux centres urbains. Cependant, à la mi-septembre, il y eut une inversion des pouvoirs. Le FRETILIN parvint à prendre les villes de Díli et de Baucau et, à la fin du même mois, il annonça sa domination totale sur le territoire, à l'exception de l'enclave d'Oecussi et de l'île d'Ataúro.

Le 29 novembre, le FRETILIN déclara l'indépendance du Timor Oriental qui prit la désignation de République Démocratique du Timor Oriental.

Le 4 décembre 1975, le gouvernement indonésien annonçait publiquement son intention de continuer à respecter les droits et les obligations du Portugal sur le territoire de Timor, tout en déplorant l'acte unilatéral du FRETILIN. Cependant, trois jours plus tard, plusieurs forces

navales, aériennes et terrestres provenant de l'Indonésie envahirent le Timor Oriental, en se concentrant tout particulièrement sur la ville de Díli, où eurent lieu plusieurs bombardements. Le Portugal considéra l'intervention de l'Indonésie comme un «acte d'agression» et rompit, le jour même, toutes relations diplomatiques avec ce pays.

A l'issue des événements mortels du 7 décembre 1975, l'Indonésie interdit l'entrée du territoire à tous observateurs étrangers.

En février 1976, le Vice-Gouverneur du Timor Oriental, nommé par l'Indonésie, déclara que depuis l'invasion près de 60.000 personnes avaient péri (British Coalition For East Timor, 1993).

Le 31 mai 1976 les autorités militaires indonésiennes convoquèrent une Assemblée du Peuple qui approuva une résolution d'intégration territoriale.

Le 17 juillet de la même année le Président Suharto signait une Loi qui intégrait le Timor Oriental dans la République de l'Indonésie, dont il serait la 27ème Province.

En 1979, l'Indonésie contrôlait pratiquement tout le territoire, après l'arrestation ou la mort de nombreux leaders du FRETILIN. Mais, sous le commandement de Xanana Gusmão, un groupe de guérilleros timorais appartenant à ce parti politique commença à s'organiser afin de lutter contre l'annexion de Timor et pour défendre le droit de son peuple à l'autodétermination et à l'indépendance.

Survivant à plusieurs opérations militaires indonésiennes, cette résistance armée, appelée FALINTIL (Forces Armées de Libération Nationale du Timor Oriental), réussit à établir des liaisons stratégiques avec différentes zones du territoire, grâce à l'aide de la population.

Le 20 novembre 1992, une agence de presse indonésienne annonçait la capture du leader de la résistance de Timor, Xanana Gusmão, actuellement incarcéré à la prison de Cipinang, à Jakarta.

Après l'arrestation de Xanana, le commandement du groupe de guérilleros timorais fut aussitôt confié à António João Gomes da Costa (Ma'Huno), arrêté lui aussi en 1993. Le chef actuel des forces de la résistance armée encore présentes au Timor Oriental est Konis Santana.

2.3. Le Timor Oriental et les Timorais dans la Sphère Juridique Portugaise

Le droit à l'«Autodétermination et à l'Indépendance du Timor Oriental» est consacré dans la Constitution de la République Portugaise depuis 1976.

Dans sa version de 1989, le seul article qui aborde la question - art. 293 - présente la rédaction suivante :

- «1. Le Portugal est toujours lié par les responsabilités qui lui reviennent, conformément au droit international, de promouvoir et de garantir le droit du Timor Oriental à l'autodétermination et à l'indépendance.*
- 2. Il appartient au Président de la République et au Gouvernement de pratiquer tous les actes nécessaires à la réalisation des objectifs établis au numéro précédent.»*

Comme énoncé au n.º 1 de cet article, la responsabilité juridique du Portugal envers le territoire du Timor Oriental est reconnue par le droit international, sous les auspices des Nations Unies.

Conformément à la Loi n° 2 098 du 29 juillet 1959, tous les habitants du Timor Oriental, ainsi que des autres provinces d'outre-mer, étaient considérés citoyens portugais.

À la suite du processus de décolonisation, le Décret-Loi n° 308-A/75 est venu régulariser le problème concernant la nationalité portugaise des individus «*domiciliés dans un territoire d'outre-mer devenu indépendant*».

En ce qui concerne le cas le Timor Oriental, s'agissant d'un territoire d'autre-mer encore sous l'administration portugaise, ses habitants conservent la nationalité portugaise, sauf pour ceux qui y sont nés mais de parents non portugais.

Ainsi, la reconnaissance de la citoyenneté portugaise aux timorais, quelle que soit leur date de naissance, découle de la nationalité des parents (vd. Loi n° 38/81 du 3 octobre) et découle de la responsabilité politique que le Portugal a encore vis-à-vis du Timor Oriental (situation consacrée à l'art. 293 de la Constitution de la République).

3. LES TIMORAIS AU PORTUGAL

3.1. Migrations Entre le Timor Oriental et la Métropole Avant 1974

Jusqu'au déclenchement de la guerre civile au Timor Oriental, en 1975, il n'y avait pas de tradition migratoire à destination du Portugal. Les quelques Timorais qui se rendaient en Métropole étaient pour la plupart des étudiants du sexe masculin dont la décision de migrer était motivée par un désir personnel de poursuivre leurs études à l'université ou dans un établissement d'enseignement moyen ou supérieur.

Il s'agissait donc d'une migration du type individuel, sans grande expression numérique et concernant une élite lettrée composée de jeunes du sexe masculin et d'ascendance métropolitaine ou appartenant aux classes sociales locales les plus aisées, soucieux de réaliser leurs objectifs professionnels.

Bien que le nombre de ceux qui revenaient au territoire d'origine après avoir terminé leur formation fût pratiquement nul, la plupart optaient pour des études directement liées à la réalité de Timor, comme l'Agronomie, les Soins Médicaux ou la Gestion Agricole. Au début des années 70, d'autres filières commencent à avoir une plus grande adhésion, comme l'Économie et les Écoles d'Instituteurs.

La fixation des Portugais dans cette colonie à partir du milieu du XXe siècle est elle aussi assez particulière. Contrairement aux autres possessions d'outre-mer, surtout l'Angola et le Mozambique, ce territoire n'a jamais constitué une destination choisie par les métropolitains, et les quelques-uns qui s'y fixèrent étaient motivés par des raisons autres que celles de nature économique. Dans les années 50 et 60, ils pouvaient être groupés en quatre catégories: les missionnaires, les fonctionnaires publics, les militaires et les déportés politiques.

Hormis les missionnaires et quelques déportés qui y constituèrent une famille, donnant lieu à une population métisse implantée surtout à Díli, les militaires et les fonctionnaires étaient en nombre réduit. Leurs séjours étaient en général brefs et en régime de détachements ou de missions.

3.2. Les Premières Vagues de Migrants Après 1974

Le déclenchement de la guerre civile au Timor Oriental, opposant les deux principales factions politiques, vint aggraver le climat d'instabilité sociale qui s'était installé après la Révolution des œillets, mettant ainsi en danger la survie des populations.

La tension sociale croissante oblige les habitants de plusieurs villes et villages à quitter leurs zones d'habitation et à entreprendre un exode forcé. Ce déplacement massif de la population a touché plus de 500 000 personnes (British Coalition For East Timor, 1993).

Durant cette phase, deux destinations migratoires sont particulièrement choisies, en raison de leur proximité avec l'Australie et le Timor Occidental.

En septembre 1975, un groupe d'environ trois mille Timorais quitta le port de Dili à destination de l'Australie, où ils s'installèrent à Darwin.

Par la suite, un petit nombre de ces Timorais partit pour le Portugal, la majorité ayant opté pour d'autres espaces de fixation et, en particulier, pour le retour en Australie.

Toujours en 1975, plusieurs courants migratoires se constituèrent à destination de la frontière du Timor Occidental. Le contrôle des principaux points stratégiques du territoire par le FRETILIN rendit impossible la fuite par voie maritime. La seule possibilité qui restait était la marche à pied jusqu'à la ville d'Atambua, en Indonésie, vers laquelle convergèrent près de 45 000 personnes.

Le commandement de ce groupe fut assumé par des missionnaires et d'anciens fonctionnaires timorais de l'administration coloniale, chargés du contrôle et de la gestion du quotidien des différents campements installés entre-temps à Atambua.

C'est à cette époque qu'apparaît l'embryon de l'une des associations timoraises implantées au Portugal, la «Communauté des Réfugiés de Timor», appelée à l'époque «Comité des Réfugiés de Timor». Composé essentiellement de jeunes et d'adultes du sexe masculin, ce Comité servit d'instrument de pression sociale et politique. Par son intermédiaire, un réseau de contacts fut mis en place afin de faire venir les Timorais au Portugal, grâce à l'aide de plusieurs organismes internationaux (notamment la Croix Rouge et l'Organisation des Nations Unies).

En juillet 1976, après environ un an de séjour à Atambua, le premier groupe de migrants timorais arriva à Lisbonne, marquant ainsi le début d'un courant migratoire qui s'est maintenu jusqu'à nos jours.

3.3. Dynamique et Caractéristiques des Flux Migratoires de Timor Vers le Portugal

D'une manière générale, la venue des Timorais au Portugal constitue une migration forcée qui ne correspond pas, dans la plupart des cas, à un désir de séjour prolongé.

Entre 1976 et 1995 près de 6.500 personnes originaires de Timor sont arrivées au Portugal, mais plus de la moitié, environ 4.500, ont ensuite choisi d'émigrer vers l'Australie.

La recherche de protection et d'aide auprès de la puissance administrante obéit à deux objectifs concrets. Le premier, de nature politique, correspond à la nécessité d'attirer l'attention des instances de pouvoir nationales et internationales sur la résolution urgente de la situation de Timor. Le deuxième objectif, davantage de nature sociale, se traduit par le fait qu'un séjour temporaire au Portugal correspond au temps nécessaire à réunir les moyens indispensables à l'émigration vers l'Australie, destination privilégiée par la plupart de ces migrants.

Il faut cependant souligner les motivations sous-jacentes au désir de séjourner au Portugal d'une classe professionnelle précise: celle des fonctionnaires de l'administration publique portugaise à Timor, arrivés en grand nombre à la fin des années 70.

Leur fixation a surtout obéi à des intérêts professionnels, puisqu'ils avaient la possibilité d'obtenir une équivalence immédiate dans les effectifs de la fonction publique et de continuer à avoir les avantages sociaux dont ils bénéficiaient déjà à Timor, tout en gardant le même niveau de vie.

Grâce à leur nationalité portugaise, qui leur est due légalement, un très grand nombre de Timorais a saisi les facilités offertes par la politique d'immigration australienne pour s'installer en Australie. On estime à environ 20.000 personnes le nombre de Timorais résidents dans ce pays, notamment à Sidney, Melbourne, Darwin et Perth.

Le choix de cette destination migratoire est surtout lié au niveau de vie qui y est pratiqué; au souci de regroupement familial, objectif qui a pu être réalisé grâce à la mise en oeuvre de programmes humanitaires par les gouvernements australien et portugais; et à la tradition émigratoire entre le Timor et l'Australie, facilitée par la proximité géographique entre les deux territoires.

Ajoutons à cela le fait que les Timorais ont la possibilité de se rendre à Timor après deux ans de résidence en territoire australien. En effet, à l'issue de cette période, ils peuvent demander la nationalité australienne ou opter pour la double nationalité et, en qualité de citoyens de ce pays, demander un visa d'entrée temporaire dans leur territoire d'origine.

Les flux migratoires successifs de Timor vers le Portugal peuvent être regroupés, pour permettre une analyse diachronique, en quatre périodes temporelles:

La première période se situe entre juillet et octobre 1976, époque à laquelle fut enregistré le plus grand contingent de sorties d'Atambua à destination de Lisbonne.

Les chiffres officiels divulgués par l'*Institut d'Aide au Retour des Nationaux / I.A.R.N.* de l'époque, indiquent qu'un total de 1.525 Timorais auraient été reçus cette année-là à l'aéroport de Lisbonne (Leandro, 1984). Ce flux migratoire était essentiellement composé de familles nucléaires, de fratries et de petits groupes unis par des liens de parenté collatéraux.

Bien qu'en nombre peu significatif, on assista également à l'arrivée de plusieurs familles isolées, ainsi que de quelques militaires détenus jusque là à Timor, qui supportèrent les frais de leur voyage, sans faire appel à l'aide des institutions qui assuraient les opérations de déplacement et d'accueil. Cette première vague de migrants intégrait un ensemble représentatif d'éléments appartenant à la dite élite lettrée timoraise, parmi lesquels plusieurs fonctionnaires publics et quelques leaders de l'U.D.T., ainsi que d'anciens Chefs locaux liés à l'administration coloniale portugaise.

La deuxième période se situe entre 1977 et 1981/82 et correspond à une phase de restriction de l'émigration par le gouvernement indonésien. Les personnes qui sont arrivées au Portugal durant cette période ont donc dû échapper aux mécanismes institués et supporter les frais de leur voyage.

Le caractère essentiellement clandestin de cette migration ne permet pas de connaître le nombre exact de personnes qui sont entrées au Portugal à cette époque. On sait néanmoins que la plupart étaient d'ascendance chinoise et avaient une situation économique privilégiée par rapport aux autres Timorais.

La troisième période commence en 1982 et s'étend, à peu près, jusqu'à 1993. La plupart des Timorais arrivés au Portugal durant cette période l'on fait dans le cadre d'un programme spécifique de regroupement familial proposé par les gouvernements portugais et australien et approuvé par les autorités indonésiennes.

Au long des années 80, plusieurs groupes familiaux arrivèrent régulièrement, à raison de 250 personnes par an en moyenne (Pereira, 1996).

La quatrième période commence en 1993 et se prolonge jusqu'à nos jours, correspondant à une nouvelle phase de la migration timoraise vers le Portugal.

A la suite des événements qui ont conduit au massacre survenu le 12 novembre 1991 dans le cimetière de Santa Cruz, à Díli, en juillet 1993 sept étudiants timorais ont demandé asile aux ambassades de Finlande et de Suède à Jakarta, et sont ensuite venus au Portugal. A partir de cette date, le nombre de Timorais (surtout des jeunes étudiants du sexe masculin, âgés entre 18 et 30 ans) qui sont déjà entrés au Portugal de cette façon dépasse la centaine.

En 1995, le programme de «rapatriement» des anciens fonctionnaires publics de l'administration coloniale portugaise a été relancé. Ces fonctionnaires arrivent au Portugal accompagnées de leurs familles, selon une moyenne de huit personnes par ménage (Pereira, 1996). Constitué d'un nombre considérable d'enfants, de personnes âgées et de malades, leur contingent tourne actuellement autour d'une centaine d'individus.

D'une manière générale, ceux qui, à l'heure actuelle, souhaitent entrer au Portugal, soit directement à partir du Timor Oriental, soit à partir de l'Indonésie, devront le faire par leurs propres moyens ou par l'intermédiaire de la Croix Rouge Internationale, entité reconnue par les autorités des deux pays pour déclencher le processus migratoire. S'ils choisissent de faire appel à cet organisme, les intéressés devront présenter une demande, soit directement, soit par l'intermédiaire de leurs familles résidentes au Portugal.

Les demandes de résidence sont classées selon trois catégories :

- les migrants intégrés dans des programmes de regroupement familial;
- les fonctionnaires publics qui réclament leur droit à la réintégration professionnelle par le biais du «Cadre des Effectifs Interdépartemental» (ancien «Cadre Général des Attachés»), en vertu de la Loi n.º 1/95 du 14 janvier;
- les réfugiés politiques (anciens prisonniers politiques ou victimes de persécutions et de mauvais traitements par les autorités indonésiennes).

La plupart appartiennent à cette dernière catégorie. Les départs en vue du regroupement familial ou même pour des raisons de santé ne sont pas particulièrement bien accueillis par le Gouvernement indonésien et beaucoup de personnes se voient obligées de quitter Timor par leurs propres moyens, où la corruption demeure une pratique courante.

3.4. Caractérisation Générale de la Population Timoraise Résidente au Portugal

Le nombre de personnes originaires de Timor installées au Portugal est relativement stable depuis 1976. En effet, en raison des flux continus d'entrées au Portugal et de départs à destination de l'Australie, le nombre de résidents se maintient entre 1.500 et 2.000 personnes.

En 1993, environ 2.500 personnes d'ascendance timoraise vivaient au Portugal (Tavares, 1993). En février 1994, la «Fondation Austronésienne Borja da Costa / F.A.B.C.», l'une des associations timoraises de Lisbonne, a recensé 1.510 personnes, pour un total de 249 familles¹.

Sur le plan de la répartition géographique, les principales concentrations de Timorais se situent dans les districts de Lisbonne et de Setúbal.

A Lisbonne, la plupart se sont installés dans deux cantons limitrophes: Oeiras, plus exactement dans le quartier de Laveiras, à Caxias, où habitent près de 35 familles (environ 200 personnes),

¹ Il n'y a pas de chiffres plus actualisés à ce sujet.

et Amadora. A la fin de 1993, 174 Timorais habitaient dans ce deuxième canton, dont 116 dans la commune de Venteira, correspondant à 32 familles, et 58 dans la commune d'Alfragide, formant 15 familles (Mairie d'Amadora, 1993). Selon la F.A.B.C.², en février 1994 le nombre de Timorais vivant dans cette commune était monté à 90 pour un total d'environ 18 familles.

A la même date, environ 150 personnes correspondant à 30 familles vivaient dans des logements collectifs ou des pensions du canton de Cascais³. Dans le canton de Sintra il y avait environ 180 personnes qui formaient 35 familles. Mais il y avait aussi à d'autres endroits du district de Lisbonne, environ 20 familles représentant une centaine de Timorais qui vivaient sous ce même régime.

Près de 35% des Timorais interrogés dans l'étude *Minorités Ethniques Pauvres à Lisbonne* étaient âgés de moins de 14 ans, environ 50% avaient entre 15 et 39 ans, 20% entre 40 et 64 ans et seulement 5% avaient plus de 64 ans (Costa; *et. al.*, 1991)⁴.

Il s'agit d'une population essentiellement jeune, avec un pourcentage considérable de personnes en âge actif.

Quant à la situation de famille des personnes âgées de plus de 15 ans, environ 50% sont célibataires, surtout celles du sexe masculin, et près de 40% sont mariées.

Les familles nombreuses et élargies sont très fréquentes au sein de cette population, et les cas d'individus sans liens de parenté qui partagent le même logement sont aussi nombreux.

En ce qui concerne la scolarisation, et selon la Base de Données Entrecultures, au début de l'année scolaire 1995/96 il y avait 216 élèves timorais dans les différents établissements d'enseignement élémentaire du pays. Parmi ceux-ci, 90 fréquentaient le 1er cycle dans 46 écoles, 46 fréquentaient le 2ème cycle dans 27 écoles et 80 étaient élèves du 3ème cycle, répartis dans 23 écoles. Quant à l'enseignement secondaire, le nombre de lycéens timorais était de 46, répartis dans 16 écoles.

Lisbonne et Setúbal sont les districts où, au niveau de la scolarité obligatoire, le nombre d'élèves est le plus élevé, ce qui s'explique par le fait que les individus appartenant à ce groupe ethnique sont surtout concentrés dans ces deux zones géographiques. Dans le district de Lisbonne, en 1995/96, 76 élèves étaient inscrits dans le 1er cycle de l'enseignement élémentaire, 34 dans le 2ème cycle, 38 dans le 3ème cycle et 31 dans l'enseignement secondaire.

Au cours de la même année scolaire, 71 jeunes timorais du district de Setúbal étaient inscrits dans des établissements d'enseignement élémentaire; 16 étaient dans le secondaire.

L'accès des Timorais à l'enseignement supérieur est réglementé par la Loi n.º 63/91 du 13 août. Depuis 1991/92 les Timorais ont la possibilité d'étudier dans les universités portugaises sans être soumis à la règle du *numerus clausus*, puisqu'il leur suffit d'avoir obtenu 10 de moyenne à la fin de la dernière année du secondaire.

Il existe des accords entre le *Centre Culturel de Timor*, association culturelle timoraise, et plusieurs universités publiques et privées portugaises qui établissent l'exonération de droits universitaires et une aide pour l'achat de matériel scolaire pour les étudiants les plus démunis. Chaque année, l'Université Catholique Portugaise réserve deux places aux Timorais dans chacun de ses cours.

Les chiffres divulgués à propos des résultats scolaires des Timorais révèlent que les membres de ce groupe, par rapport à l'ensemble des individus appartenant à d'autres groupes ethniques, parviennent à un degré d'études plus élevé (Costa, *et al.*, 1991; SCOPREM, 1993; 1996).

² Les chiffres de cette source se réfèrent uniquement aux personnes et aux familles qui vivent dans une maison louée. Cependant, tous les Timorais ne sont pas dans ce cas.

³ Cette délimitation géographique est celle de la source consultée (F.A.B.C.) et ne permet pas de préciser les différentes communes concernées.

⁴ Bien qu'il se rapportent à un échantillon représentatif et qu'ils se limitent aux minorités ethniques qui habitent dans des quartiers physiquement ou socialement dégradés, les résultats de cette étude constituent les informations les plus actualisées sur la structure démographique des Timorais qui résident dans l'Agglomération de Lisbonne. Il n'y a pas de données disponibles sur les autres régions administratives du pays.

En 1994/95 les taux de réussite ont été de 89% dans le premier cycle de l'enseignement élémentaire, 95,2% dans le 2ème cycle, 84% dans le 3ème cycle et 77,1% dans l'enseignement secondaire (SCOPREM, 1996).

En ce qui concerne le travail, la majorité des Timorais qui vivent au Portugal exercent une activité professionnelle et moins de 10% sont touchés par le chômage.

La quasi totalité travaillent à leur compte, dans le secteur des services et l'industrie de transformation.

Quant aux branches d'activité par sexe, on estime à 50% le pourcentage de femmes qui travaillent dans le secteur des services, suivi des activités commerciales et de l'hôtellerie. Environ 12% des femmes timoraises sont au chômage et près de 5% sont étudiantes.

Un nombre considérable de femmes n'exercent aucune activité professionnelle, en particulier parmi celles qui appartiennent aux premières générations de migrants.

Quant au sexe masculin, près de 30% des hommes sont intégrés dans le secteur des services, et autant dans l'industrie de transformation.

Le logement constitue l'un des principaux problèmes auquel doit faire face un grand nombre de personnes appartenant aux différents groupes ethniques installés au Portugal, qui se voient confrontées à de graves situations de ségrégation socio-spatiale.

C'est là l'une des principales difficultés rencontrées par les Timorais pendant plus d'une décennie. Cependant, depuis quelques années cette situation connaît quelques transformations positives.

A l'heure actuelle, environ 95% des personnes et des familles originaires du Timor Oriental habitent dans des quartiers de relogement classique, en régime de location. Il s'agit de quartiers habités essentiellement par des populations économiquement démunies, provenant de bidonvilles ou d'autres logements dégradés, où la présence de minorités ethniques est réduite (Costa ; *et al.*, 1991).

A leur arrivée, les Timorais sont actuellement installés dans des logements collectifs (pensions) financés par le *Centre Régional de Sécurité Sociale de Lisbonne et de la Vallée du Tage*, institution qui veille à leur subsistance pendant les douze premiers mois de séjour (en application de la Résolution du Conseil des Ministres n.º 28/96). A l'issue de cette période, et si des logements à loyer modéré sont disponibles, le Centre se charge de leur relogement et leur verse une allocation d'intégration.

3.4.1. Quelques Facteurs Déterminants dans le Processus d'Insertion Sociale

Dans le cas des Timorais arrivés au Portugal à l'âge adulte dans les années 70/80, le statut socioprofessionnel acquis dans le territoire d'origine, qui dépend notamment du degré de formation scolaire atteint, a constitué le principal facteur déterminant dans le processus d'insertion dans la société portugaise.

Pour ceux qui n'ont ni formation scolaire ni qualification professionnelle, les difficultés de compréhension et d'expression en langue portugaise, ainsi que leur faible identification aux modèles de la culture dominante, se sont traduites, surtout dans les premiers temps, par des obstacles au développement de relations sociales hors du groupe. Le réseau de contacts sociaux a resté, très souvent, limité au groupe lui-même ou à la cellule familiale.

Les dialectes d'origine, en particulier le *tétum*, ont été les véhicules de communication les plus utilisés. Parmi les plus âgés, seuls quelques-uns parlent portugais, notamment ceux du sexe masculin qui ont été scolarisés à Timor et qui ont exercé des fonctions dans les services publics sous la dépendance de l'État portugais.

Pour l'ensemble des femmes migrantes en âge adulte, le choc culturel a été plus fort. Étant donné les rôles sociaux qu'elles occupent dans leur société d'origine, nombre d'entre elles se sentaient divisées entre la nécessité d'ouverture à la nouvelle réalité socioculturelle, ce qui s'est traduit par l'adoption de pratiques de vie différentes de celles auxquelles elles étaient habituées, et la résistance aux contacts avec l'extérieur. La plupart se sont vues obligées d'exercer une activité professionnelle pour aider à faire face aux charges du ménage. L'absence de formation scolaire et professionnelle, associée à la difficulté d'expression en langue portugaise, ont constitué des barrières à leur insertion sociale.

Les Timorais arrivés au Portugal pendant l'adolescence ou en tant que jeunes adultes pendant cette même période, ont réussi, d'une manière générale, à s'adapter plus facilement aux modes de vie de la société d'accueil. Une grande partie de leur processus de socialisation s'est opérée loin du contexte d'origine, ce qui entraîne une faible identification aux modèles de culture de leurs parents. Le portugais devient, dans la plupart des cas, leur langue maternelle et la culture portugaise finit par modeler leurs comportements et leurs attitudes.

Ce témoignage pourrait traduire la position de ces générations: «(...) *Au Portugal (...) j'aime tout, parce que j'habite ici... j'ai grandi plus ici que là bas. Je suis plus portugais que..., bien, je suis toujours portugais, mais je suis plus portugais que timorais(...)* (Viegas, V.II, 1990, p. 206).

Timor est, pour beaucoup, un lieu du domaine de l'imaginaire, construit à partir d'un modèle de référence transmis par les plus âgés de la famille.

Les Timorais qui sont arrivés récemment au Portugal (pendant les années 90), transportent avec eux beaucoup des influences de la culture indonésienne. Pour les derniers arrivés, le plus ou moins grand contraste culturel et social ressenti face à la société portugaise découle de la façon dont ils ont assimilé les influences de la culture aujourd'hui dominante dans leur territoire d'origine.

Les expériences vécues, les persécutions et les tortures dont ils ont été la cible et le climat d'oppression dans lequel ils ont grandi les ont amenés à créer ce qu'ils appellent une «culture de résistance» dont il résulte un sentiment de méfiance et de fermeture vis-à-vis de l'extérieur.

La plupart ont été obligés de quitter leur pays pour des raisons de sécurité, abandonnant familles proches et renonçant à leurs biens, leurs emplois et leurs études.

Dans le nouveau pays de résidence, dont ils nourrissent une image en quelque sorte idyllique, la méconnaissance ou la faible maîtrise de la langue et des modèles culturels portugais se traduisent par des difficultés d'insertion sociale. Les problèmes psychologiques découlant de leur déracinement culturel et du fait qu'ils arrivent dépourvus de tous moyens de subsistance ne font qu'augmenter leur dépendance à l'égard de la société d'accueil, et renforcent aussi leur isolement.

Dans le cas particulier de la population de Timor résidente au Portugal, l'insuffisance de mesures permettant d'atténuer leurs difficultés d'insertion sociale, notamment la création d'infrastructures d'aide à l'arrivée et, le plus important, la mise en œuvre de politiques concrètes destinées à promouvoir leurs cultures d'origine et à faciliter l'intégration sociale, sont une réalité.

Toutefois, l'on assiste ces derniers temps au développement, à la prolifération et à l'articulation de certaines initiatives, soit par plusieurs organisations non gouvernementales (ONG), soit au niveau des institutions officielles, afin de surmonter cette situation.

Le 23 novembre 1995 a été créée la *Commission Interministérielle pour l'Accueil et l'Insertion de la Communauté de Timor*, sous la responsabilité du Ministre de la Solidarité et de la Sécurité Sociale. Cette Commission a vu le jour à la suite d'une proposition de révision de la politique d'accueil réservée à cette population, menée à bien par plusieurs ONG portugaises. Pendant ses trois mois d'existence, elle a réussi à promouvoir quelques améliorations, notamment au niveau de l'accueil, du logement, de l'assistance médicale et de la régularisation de la situation des jeunes nouveaux arrivés.

En même temps, des actions de différente nature ont été mises en oeuvre par des institutions sociales à caractère non gouvernemental. A titre d'exemple, citons l'*Association 12 de Novembro* qui a organisé plusieurs cours de formation professionnelle et le *Centre pour la Citoyenneté Timoraise* qui, en association avec la *Commission pour les Droits du Peuple Timorais* et le *Centre d'Information et de Documentation Amílcar Cabral*, a développé des activités de soutien dans le domaine de la santé (en articulation avec le Ministère de la Santé) et a organisé des cours de langue portugaise pour les nouveaux arrivés, avec l'aide du Ministère de l'Éducation.

Le 14 mai 1996 a été créée la *Commission Permanente pour l'Accueil et l'Insertion Sociale de la Communauté Timoraise*, présidée par le Ministère de la Solidarité et de la Sécurité Sociale et où sont représentés plusieurs autres Ministères. Cette Commission est destinée à répondre aux besoins de développement et d'articulation de programmes entre plusieurs Ministères et des organisations non gouvernementales afin de créer les conditions nécessaires à l'insertion de la population timoraise résidente au Portugal.

Dans la pratique, l'absence ou la rareté de ce type de soutiens a conduit les Timorais, comme les autres groupes ethniques, à développer des mécanismes internes propres pour colmater les lacunes rencontrées. L'associativisme est ainsi devenu l'un des principaux moyens adoptés pour atténuer les problèmes d'ordre matériel et psychologique créés par une situation de déracinement social et culturel.

3.5. Activités Associatives et Culturelles

Depuis l'arrivée au Portugal du premier groupe de Timorais qui ont fuit Timor en 1975, plusieurs associations de nature culturelle et sociale se sont institutionnalisées, tandis que d'autres s'éteignaient.

Nous citerons deux de ces associations, en raison de leur représentativité auprès de la population timoraise et de l'envergure de leurs actions.

a) La Communauté des Réfugiés de Timor (C.R.T.)

La C.R.T. est née d'un Comité (*Comité des Réfugiés de Timor*) qui avait été créé à Atambua par les Timorais qui s'y étaient réfugiés en 1975. A cette époque, il se consacrait à la coordination des différents campements où ils avaient été logés et à la défense des intérêts collectifs. L'action de ce Comité consistait, essentiellement, à apporter une assistance directe à cette population, par la distribution de produits de première nécessité provenant de diverses organisations humanitaires établies à Macao, au Brésil et en Australie. En juillet 1976, l'arrivée au Portugal de son groupe de fondateurs a favorisé la poursuite, dans le nouveau contexte d'accueil, des activités et des actions développées jusque là.

En 1977, l'établissement de relations formelles entre cette association et divers organismes portugais (publics et privés) d'aide à la population timoraise a exigé sa restructuration. Sous la

nouvelle désignation de *Commission des Réfugiés de Timor*, sa principale mission a consisté à aider les fonctionnaires de l'administration publique originaires du Timor Oriental dans leur intégration professionnelle.

En 1979, la CRT a pris en charge l'accueil des nouveaux Timorais qui arrivaient, puisque les programmes officiels d'assistance sociale étaient terminés. Elle a alors commencé à apporter une assistance directe à la population timoraise qui arrivait ou qui était déjà installée, grâce aux financements de la *Santa Casa da Misericórdia de Lisbonne* et de l'*Institut de la Famille et de l'Action Sociale*.

En juillet 1981, cette institution a pris la dénomination de *Communauté des Réfugiés de Timor*. Il s'agit de la première association de Timorais à caractère social, culturel et récréatif officialisée au Portugal. La CRT dispose d'un statut d'Institution Privée de Solidarité Sociale et a pour principaux objectifs d'aider à l'intégration sociale de tous les membres de cette population et de préserver l'identité culturelle du peuple de Timor.

Le statut juridique de la CRT lui confère le droit d'effectuer la reconnaissance de l'origine (timoraise) et de la nationalité (portugaise) des nouveaux arrivés, ainsi que d'authentifier les différents papiers personnels. Ces formalités sont des conditions nécessaires à l'accès à certains avantages, notamment à l'assistance sociale et aux programmes spéciaux d'émigration.

b) La Fondation Austronésienne Borja da Costa (F.A.B.C.)

La F.A.B.C. doit son nom à Francisco Borja da Costa, Timorais assassiné le 7 décembre 1975 par les troupes indonésiennes.

Borja da Costa s'est détaché dans l'étude et l'art de cultiver les formes classiques de l'oratoire et de la poésie en *tétum*, contribuant ainsi à la transcription de la littérature orale timoraise.

Cette association, créée en mars 1986, se dit apolitique et de caractère essentiellement culturel.

Afin de promouvoir le relevé, l'étude, la préservation et la divulgation du patrimoine culturel timorais, deux ouvrages de chansons et de légendes de Timor ont été publiés: *Cantolenda Maubere* et *Tebe-Colectânea de Canções Populares de Timor-Leste*, ainsi que trois numéros de la Revue *Coral*, dont l'un en langue anglaise.

Sur le plan de l'aide sociale, la F.A.B.C. a intégré, pendant plusieurs années, un programme d'aide aux orphelins, aux mineurs non accompagnés, aux enfants de mères célibataires et aux enfants provenant de familles démunies, en vue de l'accueil et de l'orientation de ces personnes, ainsi que de la distribution d'allocations provenant d'organisations internationales.

En ce qui concerne l'encadrement des jeunes étudiants timorais, la F.A.B.C. joue un rôle important dans l'attribution de bourses d'étude par la Fondation Calouste Gulbenkian, en apportant un soutien individualisé aux boursiers.

Nous citeront également, pour leur importance culturelle et artistique, deux groupes de danses et de chants timorais:

a) Le groupe *Taci Feto Taci Mane*

Fondé en mai 1988 par des personnes liées à la Communauté des Réfugiés de Timor, son nom vient de la jonction de deux désignations: *Taci Feto*, qui signifie *mer femme*, la mer qui baigne la côte nord de Timor (la mer calme) et *Taci Mane*, qui signifie *mer homme*, la mer qui baigne la côte sud (la mer agitée), représentant tout le Timor Oriental.

Composé de trente personnes des deux sexes et d'âges variés, ce groupe a pour principal objectif de cultiver et de divulguer les danses, les chants et la culture de Timor.

Il participe à diverses fêtes de bienfaisance, rencontres de sensibilisation à la question politique du Timor Oriental et à différents festivals nationaux et internationaux de folklore.

b) Le groupe *Kdadalak*

Kdadalak, qui signifie *ruisseau* en *tétum*, est un groupe composé d'environ vingt-cinq personnes qui s'efforcent de reconstituer et de divulguer les danses et les chants du Timor Oriental. Ce groupe a été créé en 1989.

Les musiques et les danses traditionnelles sont généralement rassemblées grâce à l'aide des Timorais les plus âgés, qui sont invités à intégrer et à soutenir le groupe et qui constituent une source permanente d'inspiration et de perfectionnement.

Son vaste répertoire comprend non seulement des expressions de la culture traditionnelle timoraise, mais aussi des danses et des chansons destinées à faire connaître la situation sociopolitique vécue au Timor Oriental.

Afin de porter son message auprès d'un public plus diversifié, le groupe se produit non seulement au Portugal mais aussi dans plusieurs autres pays d'Europe.

En 1990, le groupe a élargi le champ de ses activités par la création du *Kdadalak-Théâtre*. Sa première pièce, *Beileira*, est la dramatisation de quelques légendes timoraises et propose un voyage intéressant dans l'imaginaire de ce peuple, en un mélange de mysticisme, de drame et d'héroïsme.

BIBLIOGRAFIA

BIBLIOGRAPHY / BIBLIOGRAPHIE

- AZEVEDO, João Gonçalo de; ROSA, Melo Dias
1992 - *Timor*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa/Pelouro da Cultura.
- BRITISH COALITION FOR EAST TIMOR
1993 - *Já Ouviu Falar de Timor-Leste?*, Lisboa, Comissão para os Direitos do Povo Maubere.
- CÂMARA MUNICIPAL DA AMADORA
1993 - *Solidariedade com Timor-Leste*, Amadora, C.M.A./Departamento de Educação e Cultura.
- CINATTI, Ruy
1996 - *Um Cancioneiro para Timor*, Lisboa, Presença.
- COSTA, Alfredo Bruto da; PIMENTA, Manuel (coord.)
1991 - *Minorias Étnicas Pobres em Lisboa. (Resultados Preliminares de um Inquérito Aplicado a Famílias Residentes em Bairros Degradados)*, Lisboa, Centro de Reflexão Cristã/Câmara Municipal de Lisboa.
- GUTERRES, Apolinário
1994 - "A Identidade Cultural Timorense: Desafios de Futuro", in *Estudos Orientais. V. O Oriente, Hoje: Do Índico ao Pacífico*, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa/Instituto Oriental, pp. 127-141.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA
1994 - *Portugal. Censos 91. Resultados Definitivos*, Lisboa, I.N.E..
- LAMEIRAS-CAMPAGNOLO, Olímpia; CAMPAGNOLO, Henri
1991 - "Povos de Timor. Povo de Timor", in *Coral*, (1), Lisboa, Fundação Austronésia Borja da Costa, pp. 32-35.
- LEANDRO, J. M. Marques
1984 - "Retorno de Desalojados e Retorno de Emigrantes", in *Emigração e Retorno na Região Centro*, Coimbra, Comissão de Coordenação da Região Centro, pp. 355-378.
- MARCOS, Artur
1995 - *Timor Timorense. Com suas Línguas, Literaturas, Lusofonia...*, Lisboa, Colibri.
- MARTINHO, José S.
1943 - *Timor. Quatro Séculos de Colonização Portuguesa*, Porto, Livraria Progredior.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO / ENTRECULTURAS
1996 - *Base de Dados. EntreCulturas VI*, Lisboa, M. E. / EntreCulturas.
- MOREIRA, Adriano
1977 - *O Drama de Timor. (Relatório da O.N.U. sobre a Descolonização)*, Lisboa, Intervenção.
- OLIVEIRA, Carlos Ramos de
1971 - "Luta de Galos em Timor", in *Geographica. Revista da Sociedade de Geografia de Lisboa*, Lisboa, Ano 7, Nº 28, pp. 54-69.
- PEREIRA, Luísa Teotónio
1996 - "Vida e Morte Timorense", in *Reflexão Cristã*, Lisboa, Centro de Reflexão Cristã, Maio/Agosto (5 F).
- PIRES, Mário Lemos
1991 - *Descolonização de Timor. Missão Impossível?*, Lisboa, Dom Quixote.
- SYLVAN, Fernando
1982 - "Luta", in *Enterrem Meu Coração no Ramelau*, Luanda, União dos Escritores Angolanos.
- TAVARES, Manuel Viegas
1993 - "Timor-Leste, a Esperança de um Povo", in *Diálogo EntreCulturas*, (4), Lisboa, Abril, pp. 3-4.
- VIEGAS, Telma Maria C.
1990 - *Gentes de Timor. Articulação de Estratégias e Percursos de Inserção*, Lisboa, s.n., 2 vols.

INFORMAÇÕES ÚTEIS

USEFUL INFORMATION / INFORMATIONS UTILES

- ASSOCIAÇÃO "A PAZ É POSSÍVEL EM TIMOR-LESTE"
∞ Rua Castilho, 61, 2.º-Dto.
1250 Lisboa
☎ 386 19 52
- ASSOCIAÇÃO LUSO-TIMORENSE DE INFORMAÇÃO E CULTURA
∞ Apartado 22
2795 Linda-a-Velha
☎ 419 85 21
- BIBLIOTECA "POR TIMOR"
∞ Rua de São Bento, 182-184
1200 Lisboa
☎ 390 57 02
- CENTRO DE CULTURA DE TIMOR
∞ Rua Tomé Barros Queirós, 7-3.º Esq.
Bairro do Pombal
2780 Oeiras
☎ 442 26 35
- CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO TIMOR/ÁSIA
∞ Cidade Universitária
1699 Lisboa Codex
☎ 796 51 62
- CENTRO PARA A CIDADANIA TIMORENSE
∞ Rua da Silva, 4
1200 Lisboa
☎ 395 00 91
- COMISSÃO PARA OS DIREITOS DO POVO MAUBERE
∞ Rua Pinheiro Chagas, 77-3.º Esq.
1000 Lisboa
☎ 317 28 60
- COMISSÃO PERMANENTE PARA O ACOLHIMENTO E INSERÇÃO DA COMUNIDADE TIMORENSE
∞ Av. Duque de Loulé, 95, 2.º-Dto.
1050 Lisboa
☎ 352 69 91
- COMUNIDADE DOS REFUGIADOS DE TIMOR
∞ Rua Fernão Mendes Pinto, 29
1400 Lisboa
☎ 301 01 69
- FUNDAÇÃO AUSTRONÉSIA BORJA DA COSTA
∞ Rua Caetano Alberto, 19
1000 Lisboa
☎ 847 33 77/6/5

